

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 06 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.861

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1873
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 011ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 04/03/2008.....2

Atos da Mesa
Atos da Mesa DI.....23

Publicações Diversas
Aviso de Resultado.....23
Avisos de Licitações.....23
Extratos.....23
Ofícios.....24
Projeto de Lei.....24

PLENÁRIO

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Expressa sua satisfação com a posse do deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Augura êxito à passagem do deputado Flávio Ragagnin pela Casa.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Dá as boas-vindas e deseja sucesso ao deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin e elogia seu trabalho junto ao acervo Fritz Plaumann de insetos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Flávio Ragagnin pela posse.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Agradece as boas-vindas recebidas e fala de seus objetivos e metas durante o período que ficará na Casa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (parte) - Cumprimenta todos os convidados e familiares do deputado Flávio Ragagnin; enaltece a vida pública na defesa do povo da região oeste de Santa Catarina.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reapresenta projeto que concede folga do trabalho para realização de exames de controle da mulher.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Avalia que governo estadual é indiferente com o magistério, mas generoso com os amigos.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito Airton Tedesco, o prefeito de Marema e toda a sua comitiva que vieram prestigiar a posse do deputado Flávio Ragagnin.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta todos os familiares e amigos do deputado Flávio Ragagnin que vieram prestigiar sua posse; lamenta a morte de Alceu Mesc, empresário de Itajaí.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Faz um relato de sua participação no Seminário Latino-Americano e no 2º Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana, em Quito.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito de Itaiópolis e a comitiva de vereadores.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mostra preocupação com a greve dos professores.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradece ao secretário Antônio Gavazzoni pela renovação do contrato do sistema de câmeras de vigilância em Blumenau; solicita a construção de um complexo esportivo em Timbó.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Siderópolis, acompanhado do vereador Ademir José Donadel e comitiva.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comunica que por determinação do governador e da direção da Epagri foi aberta uma sindicância para apurar as irregularidades.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (parte) - Defende o governador sobre a transparência de recursos públicos.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica o deputado Joares Ponticelli pelos seus pronunciamentos ofensivos ao governador do estado.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Faz um esclarecimento sobre fatos referentes à ação civil pública, de autoria do Ministério Público Federal do Trabalho, contra o estado de Santa Catarina referente à carreira dos servidores públicos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pede que o governador do estado receba as mulheres em audiência para discutir a pauta de reivindicações; mostra preocupação com o futuro da educação no estado.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0027/2008, de sua autoria, solicitando a garantia de que policiais militares recebam uma arma da instituição para tê-la sob sua guarda e responsabilidade.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Questiona requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart em relação à data.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Defende a aprovação do requerimento do deputado Genésio Goulart.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Critica o deputado Manoel Mota por fazer elogios ao governo do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Opina que cada deputado tem o direito de contestar ou parabenizar alguém.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Preleciona pelo cumprimento do Regimento Interno e discorda do encaminhamento do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que assinará requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus que parabeniza os municípios de Bom Jardim da Serra, Joinville e Ibirama pelo aniversário.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pede ao deputado Rogério Mendonça para co-assinar requerimento que pede a ampliação da rede telefônica.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute requerimento de sua autoria pedindo iluminação dos trechos da BR-101 nos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute requerimento de sua autoria solicitando iluminação no trecho de Varginha, em Santo Amaro da Imperatriz.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pede ao deputado Darci de Mattos para co-assinar moção de sua autoria solicitando maior agilidade na emissão de carteiras de trabalho na gerência regional de Joinville.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita ao deputado Darci de Mattos permissão para incluir na moção de sua autoria a região de Tijucas.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Solicita autorização para assinar moção de autoria do deputado Antônio Aguiar pedindo a adoção de regras mais rígidas para a restrição do uso de esteróides e anabolizantes.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discute moção de sua autoria manifestando repúdio à instalação de praça de pedágio em rodovias federais na malha viária da Grande Florianópolis.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Informa ao deputado José Natal que votará contra a sua moção.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede ao deputado José Natal que estenda o conteúdo da moção aos 293 municípios do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Informa ao deputado José Natal que votará a favor de moção de sua autoria.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Informa ao deputado José Natal que sua bancada votará contra moção de sua autoria.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Fala ao deputado José Natal que é favorável ao pedágio desde que a rodovia seja duplicada.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pede ao deputado José Natal que retire de sua moção a palavra "repúdio".

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Concorde com o deputado Moacir Sopesa em retirar a palavra "repúdio" do texto de sua moção.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Informa ao deputado José Natal que votará a favor da moção.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Informa ao deputado Moacir Sopesa que votará contra a moção de sua autoria que solicita revisão do decreto federal que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Explica o motivo de solicitar uma revisão na moção de sua autoria.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Concorde com o deputado Moacir Sopesa referente ao pedido de sua moção.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Comunica ao deputado Moacir Sopesa que votará a favor da moção.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comunica ao deputado Moacir Sopesa que será contra a moção de sua autoria.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comunica ao deputado Moacir Sopesa que votará contra esta moção, pois é discriminatória.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Fala ao deputado Moacir Sopesa que sua moção é bastante polêmica.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede para constar em ata o voto contrário dos deputados da bancada do PT no requerimento votado anteriormente.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pergunta ao líder do PT qual a razão do pedido de informação solicitando esclarecimentos sobre convênios financeiros firmados entre a SDR de Brusque e a prefeitura de Botuverá.

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO (pela ordem) - Comunica na votação do requerimento de autoria do deputado Moacir Sopesa seu voto foi contrário.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fala dos tumultos na construção da hidrelétrica de Foz do Chapecó; reforça reivindicações feitas ao governo do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Relata sua participação representando a Alesc na reunião da comissão do Mercosul.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Comunica que esteve em Brasília para marcar uma reunião conjunta com a comissão do Mercosul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pela preocupação com a integração latino-americana.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença da vereadora Terezinha Wisnivski e do vice-prefeito de Mafra; solicita a instalação de telefonia fixa ou celular nas regiões mais distantes.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon por abordar o tema da telefonia no interior.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Mostra preocupação com o desvio de R\$ 6,5 milhões na Epagri; defende integração ferroviária entre SC, PR e MS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o deputado Dirceu Dresch pelo tema apresentado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Exige do governo providências no cumprimento de obrigações com o serviço público, principalmente na área da saúde.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Fala da importância da votação no Supremo Tribunal Federal sobre a utilização de células-tronco.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Propõe criar frente parlamentar em defesa das ferrovias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cumprimenta o deputado Pedro Uczai pelo tema apresentado e coloca-se à disposição para contribuir com o debate.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda a questão do turismo na região sul do estado, tanto do litoral quanto do planalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A partir deste momento, vamos proceder à posse do deputado Flávio Ragagnin.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura do Ato da Presidência n. 007/-DL, de 2008.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 007/-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. n. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições, CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jandir Bellini, por um período de sessenta dias, a contar de 1º de março do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de fevereiro de 2008."

(a) Deputado Julio Garcia

Presidente"[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura do Ato da Mesa n. 005/2008.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 005-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Lício Mauro da Silveira, 1º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina (PP/PMN/PV/PRONA), para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Jandir Bellini, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de março de 2008

(a) Deputado Julio Garcia

Presidente"[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência dá por recebido o ofício do deputado Lício Silveira, na forma do § 1º do art. 57 do Regimento Interno, que se declara impossibilitado de assumir o exercício de cargo proveniente da convocação ora lida.

A Presidência recebe e considera o requerimento, e pede ao secretário que proceda à leitura do Ato da Mesa de n. 006/2008.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR -
(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 006-DL, DE 2008
A MESA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
de acordo com o disposto no art. 57, inciso I,
do Regimento Interno, no uso de suas
atribuições

CONVOCA o cidadão Flávio Ragagnin, 2º
suplente da Coligação Salve Santa Catarina
(PP/PMN/PV/PRONA), para ocupar cadeira de
Deputado neste Poder, em decorrência do
afastamento do deputado Jandir Bellini, para
tratar de assuntos particulares, por declínio do
1º Suplente.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04
de março de 2008

(a)Deputado Julio Garcia
Presidente"[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Convoco, em função do ato ora lido,
para que preste o seu juramento, o deputado
Flávio Ragagnin, representante de Seara e da
região.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN -
(Passa a ler.)

"Prometo manter, defender e cumprir
a Constituição do Brasil e a Constituição do
Estado de Santa Catarina, e observar as leis,
desempenhando leal e sinceramente o
mandato que me foi outorgado pelo povo
catarinense".

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Feito o juramento, esta Presidência
convida o deputado Flávio Ragagnin para
proceder à assinatura do Termo de
Compromisso e Posse, fruto da sua posse
como deputado.

(Procede-se à assinatura do Termo
de Compromisso e Posse.)

(Palmas)

Declaro empossado neste
Parlamento o deputado Flávio Ragagnin.
Passaremos às Breves
Comunicações.

Conforme determina o Regimento
Interno, o deputado Flávio Ragagnin já tem a
palavra assegurada.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli -
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES
PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados,
povo de Seara e da região do Vale do Rio do
Peixe que aqui comparece, eminente deputado
Flávio Ragagnin, amigo companheiro, é com
muita alegria que, na condição de integrante
da Bancada do Partido Progressista e também
de presidente estadual do nosso partido,
recebemos v.exa. na tarde de hoje, e por um
período de 60 dias, para conosco compor a
nossa bancada e encaminhar as nossas ações
neste Parlamento.

É preciso reconhecer, deputado
Flávio Ragagnin, o gesto praticado pelo
deputado Jandir Bellini que, no entendimento
da bancada e do partido - como todos faremos
-, foi o primeiro a abrir mão de dois meses do
seu mandato para, em reconhecimento aos
suplentes que nos ajudaram a chegar nesta
Casa, dividir, de forma solidária, os nossos
mandatos.

Quero desejar as boas-vindas a
v.exa. que, depois de 30 anos sem uma repre-
sentação nossa naquela importante e pujante
região, como v.exa. lembrava agora no almoço
com a nossa bancada, retoma hoje e
reconquista, mesmo que por um curto período,
esse espaço de uma região tão importante.

Seja bem-vindo e conte conosco! O
tempo será curto, mas tenho certeza de que
v.exa. terá da nossa bancada toda a
solidariedade e o apoio - e certamente de toda
esta Casa - para desempenhar com muita
competência, como é peculiar na sua vida
política e profissional, o seu trabalho também
nesta Casa.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Sílvio Dreveck, líder da bancada do
PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK
- Sr. presidente, sras. deputadas e srs.
deputados, deputado Flávio Ragagnin,
v.exa., como ex-prefeito de Seara, foi um
bom exemplo não só para o Partido
Progressista, mas para Santa Catarina.
Tenho certeza de que v.exa., estando aqui
no Parlamento, poderá contribuir para a sua
região do meio-oeste, do oeste e, acima de
tudo, para nós, catarinenses. E o
Parlamento certamente vai enriquecer com
a sua presença.

Desejamos as boas-vindas a v.exa.,
muito sucesso e que seja muito bem exercida
a sua função de deputado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado
Julio Garcia) - A Presidência alerta aos
srs. deputados que a palavra está
assegurada ao deputado Flávio Ragagnin,
que está assumindo o seu mandato. Se
for para uma saudação breve, nós, com a
aquiescência do deputado, concederemos
a palavra rapidamente aos que desejarem
saudá-lo.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON
MERÍSIO - Em nome da bancada do
Democratas e também como morador da
região oeste e vizinho do deputado Flávio
Ragagnin, queremos dar-lhe as boas-vindas
e dizer da alegria de podermos ver a nossa
representação do oeste aumentada nesta
Casa.

Seja bem-vindo e tenha, por parte
da nossa bancada, o apoio que for preciso
e possível neste período que aqui estiver.

Parabéns!

A Sra. Deputada Odete de Jesus -
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado
Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem,
a deputada Odete de Jesus, para rapida-
mente saudar o deputado Flávio
Ragagnin.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS -
Sr. presidente e caro colega, deputado Flávio
Ragagnin, seja muito bem-vindo!

Nós também não poderíamos deixar
de nos manifestar, em nome da nossa
bancada, o PRB, para dizer que v.exa. pode
contar conosco. Temos um magnífico
presidente, que tem sido um amigo e uma
pessoa muito leal.

Quero dizer que eu também já
pertenci ao Partido Progressista e que muito
me honra tê-lo aqui conosco.

Parabéns, seja muito bem-vindo e
que Deus o abençoe!

O Sr. Deputado José Natal - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado José Natal, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr.
deputado Flávio Ragagnin, em nome da
bancada do PSDB, quero dar as boas-vindas
a v.exa. nesta Casa. Com certeza absoluta,
irá contribuir com o seu trabalho para que
este Parlamento continue desempenhando,
como sempre tem feito, o seu papel em
favor da sociedade de Santa Catarina.

Felicidades ao amigo e a todos os
seus companheiros que aqui estão!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG -
Sr. deputado Flávio Ragagnin, é uma honra
tê-lo como nosso colega nesta Casa.
Certamente irá poder contribuir muito com
sua experiência, uma vez que já foi chefe do
Poder Executivo.

Nós queremos dar-lhe as boas-vindas
e desejar sucesso nessa passagem pelo
Legislativo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grando -
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Professor Grando, ainda para saudar
o deputado Flávio Ragagnin.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR
GRANDO - Sr. deputado Flávio, eu tive a
honra, há alguns anos, como presidente da
Fatma, de conhecê-lo e visitá-lo no seu tra-
balho. E quero que todos os demais pares
aqui presentes saibam que v.exa. já faz
parte da história de Santa Catarina, pela
coragem de, em Seara, no interior do esta-
do, desapropriar e, num certo sentido,
comprar aquela famosa coleção de Fritz
Plaumann de insetos, que é considerada
uma das maiores do mundo em nível par-
ticular. Esse é um ponto de destaque que
Santa Catarina possui nessa área, na sua
região de Nova Teotônia e Seara. Então,
nesse sentido v.exa. faz parte da história.

Eu quis conhecer essa pessoa e
hoje, para felicidade nossa, v.exa. está aqui
como colega parlamentar assumindo e
trabalhando. E relembro esse episódio para
que todos os catarinenses saibam que
v.exa. é o responsável pelo acervo de Fritz
Plaumann, a maior coleção individual do
mundo sobre os insetos. Eu imagino lá no
interior um prefeito de uma cidade pequena
retirar os poucos recursos para poder
comprar essa coleção, que é um patrimônio
mundial.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri
Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO
AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero
também saudar o deputado Flávio Ragagnin e
cumprimentá-lo pela sua posse. Gostaria de
dizer que é uma satisfação tê-lo aqui como
representante do município de Seara e de toda
a região do meio-oeste.

Minha saudação também ao prefeito
Kiko, às autoridades e à população da cidade
e da região!

E gostaria de pedir que mantenha
essa amizade com os nossos companheiros
policiais e bombeiros militares da cidade de
Seara e região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado
Julio Garcia) - Agora, sim, concedo a pala-
vra ao deputado empossado Flávio
Ragagnin.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Eu faço a minha saudação cordial e afetiva ao presidente Julio Garcia e à Mesa Diretora; aos meus colegas deputados que aqui se encontram neste plenário, à sra. deputada Odete de Jesus, aos funcionários da Casa; ao nosso prefeito Edemilson Canale, aqui presente; ao presidente da Câmara Municipal de Seara, Ernesto Valdecir Gomes, e aos vereadores que se encontram neste recinto; ao vice-prefeito de São Domingos, nosso particular amigo, e sua comitiva; ao ex-deputado e meu amigo particular Artêmio Paludo, que há 30 anos foi o primeiro deputado do município de Seara, representando o alto Uruguai catarinense; ao presidente do PSDB de Seara, sr. Mauro César Finco; ao presidente do PFL, do D25, Edson Pelisson e saudar, enfim, todas as lideranças políticas que estão aqui presentes.

Saúdo, de maneira especial, agora mais íntima, minha esposa e minha filha. Pode parecer para muitos que estão aqui nos ouvindo, que a emoção seja prematura, mas foi uma longa história!

Saúdo, também, meu irmão Rudimar; minhas cunhadas; todos que estão aqui de Seara, de Itá e de toda a região de Arvoredo, assim como o presidente do PP de Arvoredo. Quero dizer que é um momento muito importante para mim, para minha vida e para minha família. Vemos aqui rostos de pessoas que têm nos ajudado no decorrer de nossa vida a superar os percalços, as dificuldades e uma série de inconveniências, muitas vezes, difíceis.

Vocês sabem da nossa história. Fui vice-prefeito de Seara por seis anos, ainda muito jovem. Fui prefeito de Seara por 14 anos e procurei dentro do meu trabalho ter uma postura de seriedade, de honestidade e de compromisso com meu município, com meus amigos, não envergonhando ninguém que tenha me apoiado.

Sempre agradei a Deus pela oportunidade que Ele me deu de servir Seara para poder ser útil às pessoas, ao ser humano, procurando proporcionar com minhas poucas ações a melhoria da qualidade de vida da nossa gente de Santa Catarina, especificamente do alto Uruguai catarinense.

Mas é muito pouco ser prefeito de Seara, um município farto, pujante, porém pequeno. É muito pouco, às vezes, pela aspiração que você tem de cumprir uma missão aqui nesta terra. E essa missão agora está mais ampliada, pois Deus me deu a oportunidade de, quem sabe, servir um pouco mais adiante, um pouco mais a frente e ser útil à Santa Catarina e isso muito me honra. Tenho seguido e sigo os passos do sr. Antônio, meu pai, que está vivo, com 84 anos, da minha mãe, dos meus familiares e com a postura de quem tem que fazer bem feito.

Mas refiro-me agora, como deputado, já assumindo, a um sonho perseguido há muito tempo, não por vaidade pessoal, mas por vaidade de ver uma Santa Catarina, o oeste de Santa Catarina um pouco mais humanizado e ser visto com bons olhos. Nós, do nosso oeste, assim como os deputados Moacir Sopelsa e Gelson Merisio, meus amigos, que têm me dado força e o seu trabalho, não podemos deixar fugir das nossas mentes algumas questões muito importantes. O oeste de Santa Catarina recebe muito menos do que merece. Nós precisamos de mais representatividade. E faço aqui esse apelo a toda a nossa gente do oeste, às lideranças de todos os partidos, seja de qualquer partido, que valorizem o deputado e as lideranças do oeste de Santa Catarina. Nós só vamos ter voz e vez a partir do momento que tivermos representatividade.

Nesta representatividade da qual faço parte, trago um pedacinho de cada um do nosso oeste glorioso, trabalhador, humilde, sincero, que produz alimentos, economia, que gera renda, emprego e, às vezes, nós vemos sim, necessários, acessos asfaltados, nós vemos, sim, algumas melhorias dos governos, mas aplaudimos muito por pouca coisa, pois merecemos muito mais do que temos.

(Palmas das galerias)

Estou há dois dias no Parlamento catarinense e tenho sentido a cordialidade do presidente, que tem-me recebido aqui no acesso, e a cordialidade dos deputados e da deputada que há pouco se pronunciou, a maneira afetiva como o pessoal nos recebe e tenho me sentido muito bem e espero me sentir muito melhor.

Mas, além disso, precisamos que todos os que estão aqui, que todo o oeste de Santa Catarina seja respeitado e bem recebido como estou sendo. Nós olhamos o nosso oeste aplaudindo as ações dos governos, mas vemos também aqueles asfaltos novos, necessários de Arvoredo, por exemplo, com o que ficamos satisfeitos e felizes, mas gostaríamos que por eles passasse a economia, a alegria e que transportassem a pujança para o oeste catarinense. Mas, ao invés disso, temos que cuidar muito para não transportar a tristeza e as mudanças do nosso jovem, que não está mais ficando lá na sua propriedade onde o pai trabalhou, lutou, mas ele não está mais ficando lá por desesperança, por falta de renda.

Nós precisamos de renda para o pequeno agricultor, para defender o modelo catarinense que é o mais bonito que existe no Brasil, para que tenha a melhor distribuição de renda e a melhor reforma agrária. E a melhor distribuição de renda está no oeste de Santa Catarina e falo pelo oeste.

Muitas vezes, com desgosto e tristeza ouço comentários de que o oeste de Santa Catarina é uma região poluidora. Não, é uma região produtora. Lá existe a consciência e a responsabilidade do meio ambiente. Existe, sim, só que nos entristece, também, ter que ver uma empresa do exterior, uma empresa americana vir aqui nos dizer que vão implantar uma usina de energia através de dejetos de suínos ou dejetos de aves. Não precisa vir ninguém do exterior para nos ensinar a fazer isso. Nós temos e sabemos dos modelos para resolver o problema da poluição, que não é tanta assim, porque existe a consciência. Nós temos a responsabilidade e a experiência do Airtton Giordelli, de Linha Forquilha, que há seis anos está lá gerando energia, pois por omissão dos organismos que interessam, não está acontecendo.

Há necessidade que se levante essas questões, esses assuntos. Nós vamos levantar os assuntos aqui, com muita responsabilidade, com muito cuidado. Nós não vamos jogar críticas ao vento. Não! Nós vamos colocar aqui as nossas críticas, mas apontar sempre a solução com responsabilidade. É para isso que estamos aqui.

De qualquer forma, sr. presidente, quero também aqui salientar o meu agradecimento ao nosso Partido Progressista, do qual faço parte desde que me conheço por político e me sinto muito bem. O Partido Progressista do lado de cá, que fez todo esse trabalho por Santa Catarina tem o orgulho de fazer essa deferência, meu caro deputado Joares Ponticelli e presidente. Fico feliz e agradecido por isso. E não vá pensar, a direção e o Partido Progressista, que é só o Flávio Ragagnin, mas todos os nossos companheiros que estão aqui estão felizes e orgulhosos porque nós temos um pedaço do oeste também

aqui, ou seja, o Partido Progressista tem um pedaço do oeste que nos foi dado pela deferência do deputado Jandir Bellini, que é meu amigo particular e também do Partido Progressista. Aliás, Jandir Bellini, é filho de Chapecó, daquela região e já foi vereador inclusive de Chapecó.

Mas, de qualquer forma, quero agradecer muito a atenção que tive da imprensa falada, escrita e televisada, pois tivemos a oportunidade de levar aos quatro cantos de Santa Catarina a nossa mensagem, o nosso trabalho e a nossa postura. E vocês que estão aqui representando a nossa Seara, o nosso Itá, o nosso São Domingos, o nosso Arvoredo, a nossa Concórdia, podem ter certeza de que aqui tem um pedacinho de cada um dentro daquela força que sempre tive, superando as dificuldades e os percalços, essa força não é o do Flávio Ragagnin sozinho, mas de todos vocês.

Mas digo aqui que vamos perseguir a Udesc para o nosso alto Uruguai. E quero que o deputado Moacir Sopelsa faça coro conosco para implantar um campus da Udesc no alto Uruguai catarinense.

Quero também trabalhar em cima da diferença e da valorização daquilo que sai da terra. Quando Deus falou: "da terra tirarás o teu sustento", não tem outro caminho. A economia do oeste de Santa Catarina saiu da terra, tudo saiu do esforço, do trabalho, da dedicação, do estilo, principalmente daquela região.

Não vamos nos descuidar dos assuntos que nos interessam, mas vamos falar, principalmente, do ser humano, da qualidade de vida, da seriedade e da questão ambiental, que para nós também é primordial. Não são só os organismos internacionais que sabem das coisas, mas tenho visto, tenho ouvido e tenho acompanhado nos discursos desta Casa a preocupação com a questão ambiental.

Nós, do Partido Progressista - e faço coro com a nossa bancada - desejamos que isso seja uma realidade e assim será o nosso trabalho.

Saúdo o nosso ex-governador Esperidião Amin, que nos tem dado também um amparo grande, no sentido de proporcionar a nossa ascensão como político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sr. deputado Flávio Ragagnin, v.exa. tem quatro minutos e 44 segundos registrados no painel para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero fazer mais uma referência a Artêmio Paludo, pois quando fui convidado a ser vice-prefeito na época em Seara, com 26 anos, ele me conduziu para a vida pública. Aí está Artêmio Paludo, uma figura importante, emblemática e que fez a história de Santa Catarina.

Meu caro presidente, eu encerro a minha locução...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Julio Garcia e deputado Flávio Ragagnin, primeiro quero cumprimentar v.exa, sua esposa, sua filha, seu irmão e toda sua família. Quero também cumprimentar, deputado Flávio Ragagnin, o seu cunhado que também está aí, mas, especialmente, cumprimentar todos os convidados, a nossa gente do meio-oeste de Santa Catarina.

Deputado Flávio Ragagnin, nós tivemos a felicidade de ser colegas de infância, de ir à escola juntos, de ser prefeitos na mesma época, v.exa. prefeito de Seara e eu prefeito de Concórdia, quando pude saber da sua maneira de trabalhar, da sua índole, da sua transparência e da sua lisura nas ações políticas. E v.exa. será aqui, deputado Flávio Ragagnin, sem dúvida nenhuma, mais um defensor do nosso oeste, do nosso meio-oeste do estado de Santa Catarina.

Sei do seu compromisso com a sociedade, com aqueles que lhe deram a oportunidade de estar aqui, com os que votaram em v.exa. e com os seus colegas de partido. Mas pode ter certeza de que todos os 40 deputados aqui, eu tive um compromisso, cheguei um pouco atrasado, mas tenho certeza de que todos aqui desejam que v.exa. tenha uma boa estada, embora de passagem e espero que um dia efetivamente v.exa. esteja aqui.

V.exa. é um amigo, é uma pessoa que merece estar aqui pelas suas atitudes, pelo seu trabalho sempre desenvolvido. Parabéns meu caro amigo, quero dizer que militamos em siglas diferentes, mas nem por isso deixamos de curtir, deixamos de ser amigos e defender um propósito para aqueles que têm a responsabilidade de produzir alimentos para o nosso país.

Sei que vamos ter aqui mais um defensor, um conhecedor das necessidades das realizações para o oeste de Santa Catarina.

Parabéns! Espero que v.exa. possa ter aqui aquilo que deseja alcançar!

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Desta forma eu encerro a minha locução, mas antes de encerrar quero agradecer a todos vocês que viajaram 700 quilômetros ou mais, de São Domingos, para me prestigiar.

Pretendo, Maurício, tenha a certeza, fazer a minha visita a todos os municípios que nos deram essa oportunidade e quero dizer que não vou envergonhar vocês.

Muito obrigado! Saúde e felicidades a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDNETE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência deseja as boas-vindas ao deputado Flávio Ragagnin, saúda os seus familiares aqui presentes e em nome do prefeito Edemilson Canale, saúdo todos os searenses que aqui comparecem para prestigiar a posse deste honrado homem público.

Registro, também, a presença do ex-deputado Artêmio Paludo, que muito nos honra na tarde de hoje.

Desejo, sr. deputado Flávio Ragagnin, que v.exa. exerça de maneira profícua o seu mandato a partir de hoje na Assembléia Legislativa.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso grande amigo deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados e convidados do nosso colega Flávio Ragagnin, sejam todos bem-vindos, imprensa falada, escrita e televisada.

Fiquei meio aborrecida hoje porque nós entramos com um projeto de lei que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar a Casa do Mestre, a Casa do Professor. É um programa de incentivo à habitação própria dos professores da rede pública estadual. É um projeto autorizativo e tenho certeza de que se for aprovado o

governo do estado irá sancioná-lo. No passado o Ipesc, como já salientei outras vezes, até dava possibilidade dos professores fazerem empréstimos para tratamento odontológico, para ter a sua casa própria, pois o sonho de todo cidadão é ter seu teto. Ter sua residência, pagar em dia não é crime! Eles iriam inclusive financiar em parceira com a Cohab.

Então, isso nos deixa aborrecido, mas tenho certeza de que vou ter apoio dos srs. deputados. A minha assessoria já está entrando até com recurso, deputado Kennedy Nunes. Mas creio que vou ter o apoio de v.exas.

Esta é uma briga positiva e muito boa para os professores da rede pública estadual de ensino, já que ganham tão pouco.

Os professores estão precisando da nossa ajuda e eu tenho a obrigação de ajudá-los porque tenho experiência na área do magistério. Já estou em final de carreira e sei como é o sofrimento de cada professor, que recebe as crianças, que as trata com carinho e que as conduz para um bom encaminhamento na vida. Por isso o professor deveria ser um dos profissionais mais bem remunerados. Mas volto a falar sobre este tema em outra oportunidade.

Quero falar também, srs. deputados, sobre uma matéria na revista *Veja* a respeito da saúde da mulher, já que estamos na Semana da Mulher, porque no dia 8 de março iremos comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Nos Estados Unidos, 80% das mulheres americanas fazem anualmente o exame de mamografia. Elas têm tempo de fazer a sua prevenção, têm tempo para fazer o exame de colo de útero e o exame de mamografia.

Mas ao ler esta reportagem eu constatei que 82% das mulheres brasileiras, e eu me incluo nisso também, entre 25 e 50 anos, se submeteram pelo menos uma vez, nos últimos três anos, ao exame de papanicolau, aquele exame do colo de útero; 76% das mulheres entre 25 a 34 anos de idade; 86% das mulheres entre 35 a 44 anos; 86,5% das mulheres entre 45 a 54 anos de idade e 80,2% das mulheres entre 55 e 59 anos. Isso acontece porque as mulheres brasileiras não têm tempo para fazer o exame pelo fato de trabalharem fora. Elas começam a trabalhar na segunda-feira e param na sexta-feira. No sábado, elas não podem fazer esse exame porque os órgãos responsáveis não estão funcionando.

Por isso esta deputada entrou com um projeto de lei pedindo para que seja concedido à mulher o direito de ter um dia de folga por ano para poder realizar seus exames de controle do câncer de mama e de colo de útero.

Nós também vamos entrar com um recurso no plenário deste Poder, e vamos adiante nisso, no sentido de pedirmos uma folga para as mulheres trabalhadoras do nosso estado poderem fazer os seus exames, porque muitas delas não têm tempo para fazer e acabam morrendo. E nós sabemos que o maior percentual de morte de mulheres é proveniente do câncer de mama e do colo de útero.

Eu tenho certeza de que terei o apoio de todos os colegas parlamentares, o apoio das duas colegas deputadas, que também são defensoras das mulheres, e do deputado Pedro Uczai.

Srs. deputados, não estou pedindo nada além, não estou pedindo coisas impossíveis, apenas um dia de folga para a mulher trabalhadora, que tem esse direito.

E este mês de março em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher é um mês para reflexões, porque quando essa mãe de família morre e deixa crianças pequenas, os seus filhos, fica uma lacuna muito grande, pois ela é insubstituível.

Então, temos que alertar as mulheres para fazerem o seu exame periódico, o seu exame anual, para não terem problemas futuros.

Nós recebemos em nosso gabinete esta revista a qual não sou muito simpática, mas hoje, ao correr os olhos nela, vi uma matéria muito importante sobre esses exames periódicos da mulher.

E eu quero salientar para v.exas. que oito em cada dez brasileiras, entre 50 e 69 anos, já se submeteram, pelo menos uma vez na vida, a uma mamografia. E essa mamografia deve ser feita anualmente, todos os anos, para prevenção, porque é melhor prevenir do que remediar.

Eu voltarei a falar mais uma vez sobre esse tema porque estamos na semana da mulher.

Sr. presidente, muito obrigada pela oportunidade e parabéns, mais uma vez, ao novo colega deputado Flávio Ragagnin, que vai contribuir muito com o nosso Parlamento.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que prestigiam a nossa sessão, especialmente o povo do alto Uruguai, do grande oeste catarinense, demais catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, meus cumprimentos.

Deputado Reno Caramori, eu acho que a bancada do PP teria que ter pelo menos três espaços para abordar, deputado Décio Góes, todos os assuntos que tem a tratar. Um diz respeito aos interesses de v.exa. e do deputado Clésio Salvaro, que são os dois candidatos assumidos à prefeitura de Criciúma.

Eu penso que v.exas., hoje, pela grande repercussão da mídia catarinense, ganharam discurso para a campanha. Quisera eu ter um cabo eleitoral como o PMDB! O PMDB, ao sacar o coitado do Antonelli, disse: "Olha, Antonelli, joga a toalha porque você não serve para ser o nosso candidato à reeleição".

Deputado Pedro Uczai, que coisa de louco, de doido esse PMDB! Como é difícil entender isso! Colocaram o Antonelli na cadeira que era do deputado Décio Góes, perderam a eleição para o Décio Góes por mais de 10.000 votos de diferença, e aí não foi golpe, deputado Silvio Dreveck. Para cassar Luiz Henrique da Silveira por usar a máquina de todo jeito é golpe! Para tirar o mandato do deputado Décio Góes não foi golpe. Sacaram o deputado Décio Góes da cadeira, colocaram o Antonelli e agora disseram: "Antonelli, você não presta para ser o candidato à reeleição. Agora vai ser o Acélio ou o Ivo Carminati".

Então, deputado Pedro Uczai, é o próprio PMDB reprovando o governo do PMDB. Os deputados Décio Góes e Clésio Salvaro ganharam o discurso para a campanha inteira.

O segundo assunto, deputado Silvano Dreveck, meu líder, não é menos polêmico e não ocupou menos espaço na imprensa neste final de semana, que é o tal do trezinhão da alegria do governo do estado. Deputado Kennedy Nunes, o Ministério Público do Trabalho está entrando com uma ação dando conta do trem da alegria, sem precedentes, feito neste estado com alto custo para o erário. A litorina é pequena, a litorina é pequenininha! Bota trem naquilo!

A matéria dá conta de 600 funcionários. São mais de mil funcionários que tiveram salários aumentados em até 650%, deputado Pedro Baldissera! Eu conheço alguns casos lá do nosso sul do estado. Deputado Moacir Sopelsa, eu conheço uma professora, ex-secretária regional, irmã de um ex-prefeito, que teve o salário quadruplicado. Ela saiu do magistério e foi para a Fazenda. Conheço a mulher desse mesmo ex-prefeito, que também é professora, que foi para a Procuradoria-Geral do Estado e o seu salário aumentou cinco vezes. Há tantos casos que na hora que começarmos a detalhar, aqui dentro inclusive, vai ser um Deus nos acuda. Mas é um assunto que vai render ainda.

Mas eu preciso, srs. deputados, abordar outros dois assuntos. Um deles diz respeito ao nosso governador, que foi citado numa grande revista de circulação nacional. O governador Luiz Henrique da Silveira está emplacando toda semana nas revistas nacionais, mas não emplacou nenhuma vez com uma notícia boa, deputada Odete de Jesus.

Na semana passada foi na revista *Veja*, nesta semana está na revista *IstoÉ*, na coluna *Brasil Confidencial*, que é uma coluna muito lida, com uma nota com o seguinte teor: (Passa a ler.)

"A estrela e o governador.

O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, está com o mandato em sério risco. O TSE o julga por abuso de poder econômico na eleição de 2006. Já são três votos a zero contra ele. Mais um contra e será cassado. No processo de apuração, seus adversários descobriram um caso novo curioso. Luiz Henrique tirou R\$ 500 mil de um fundo cultural, criado com renúncias de dívidas tributárias das empresas, para financiar uma peça da atriz Vera Fischer, *Porcelana Fina*, em cartaz no Rio de Janeiro. Vera é catarinense. Como o governador raspou o caixa da Cultura para ajudá-la, faltou dinheiro para outros projetos." [sic]

Foi gasto, deputado Reno Caramori, R\$ 1,5 milhão para o sobrinho de Ivo Carminati fazer um filme chamado *Quebrador de Corações*, em Criciúma. E agora foram gastos mais R\$ 500 mil para a Vera Fischer colocar a peça dela em cartaz no Rio de Janeiro.

E a greve do magistério pegando fogo por toda Santa Catarina, deputado Reno Caramori, e o governador tirando dinheiro e dando para o sobrinho do Ivo Carminati fazer o filme *Quebrador de Corações* e para a Vera Fischer fazer o filme *Porcelana Fina*. E os nossos alunos esperando o uniforme escolar, esperando as merendas, as escolas chovendo dentro, professor entrando em greve e essa quebra-de-raiz por toda Santa Catarina. Não dá mais para entender este governo.

Deve haver pelo menos uns 50 secretários de estado nos assistindo neste momento, porque entre efetivos e adjuntos, Santa Catarina tem cento e poucos secretários. Mas uns 50 devem estar nos assistindo. Pelo amor de Deus, peçam para o governador pagar as contas do estado!

Há bolsas do art. 170 pendentes do ano passado ainda, deputado Décio Góes, mas foram gastos R\$ 500 mil para patrocinar uma peça da Vera Fischer. E foi dado também R\$ 1,5 milhão para o sobrinho do Ivo Carminati.

Isso não deixa ninguém mais indignado, deputado Moacir Sopelsa! Não é possível que isso não indigna mais a nossa gente!

Temos também o escândalo da Epagri. Em dezembro, deputado Reno Caramori, quando alertamos, quando questionamos aqui sobre essa roubalheira da Epagri acharam um absurdo e agora a imprensa está dizendo que foram desviados R\$ 6 milhões.

Mas eu vou revelar, deputado Moacir Sopelsa, uma coisa que aconteceu comigo. O ex-presidente da Epagri tomou liberdade comigo sem que eu lhe concedesse nenhuma intimidade para isso. O dr. Athos de Almeida Lopes, cidadão que até então tinha um respeito muito grande, ousou, deputado Romildo Titon, contei isso a v.exa., ligar para mim no meu celular para me desacatar dizendo bobagens. Ele me desafiorou como nunca ninguém fez, nem o meu pai, tratando-me de moleque para baixo, ao ponto de eu ter que desligar o telefone e dizer que ele não tinha liberdade e amizade comigo para ligar no meu celular chamando-me de irresponsável por eu ter trazido, na ocasião, uma notícia sobre a existência de centenas de fantasmas na Epagri.

E agora, dr. Athos de Almeida Lopes, que a sindicância concluiu que são mais de R\$ 6 milhões desviados de 2003 a 2006 com fantasmas na Epagri, o que vai acontecer?

Eu acho que o que começamos a conversar hoje com alguns deputados precisa avançar. Penso que é chegado o tempo da CPI dos contratos. Esta Casa não pode mais se curvar a votar no governador; não pode mais se intimidar e deixar de apurar os fatos. É hora de apurar através de uma CPI esses contratos, essas terceirizações, porque há mais coisas vindo aí, deputado Kennedy Nunes. E deve chegar, nos próximos dias, a notícia de que essa pobre família Berger vai abocanhar, sem nenhum procedimento legal, mais uma boa fatia dos contratos do governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Antônio Aguiar, v.exa. que preside esta sessão, quero aproveitar, pois quando cumprimentei o deputado Flávio Ragagnin cheguei de surpresa no plenário, para cumprimentar os ex-deputados Ademir Bortolini e Artêmio Paludo.

Também vejo que estão aqui presentes no plenário ex-vereadores, o prefeito do município de Seara e aquelas pessoas que vieram do nosso meio-oeste para prestigiar a posse do deputado. Embora o meu tempo esteja esgotado, quero cumprimentar também o prefeito Aírton Tedesco, o prefeito de Marema e toda sua comitiva e as pessoas mais belas daquele município, que são os nossos idosos.

Quero que vocês se sintam em casa e tenham uma boa estada na Assembléia Legislativa, que é a Casa do Povo.

Parabéns a todos!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero, de forma muito carinhosa, cumprimentar o nosso deputado Flávio Ragagnin, do PP, bem como todos os seus familiares e amigos que vieram aqui prestigiar a sessão desta Casa.

Em segundo lugar, quero dizer que Itajaí, Nova Trento, Brusque, o Vale do rio Tijucas está de luto, porque lamentavelmente o sr. Alceu Mesc, empresário de Itajaí, natural de Nova Trento, faleceu ontem em um acidente aéreo, e agora está sendo feita a cerimônia de sepultamento em Nova Trento. Então, quero desta tribuna saudar todos os familiares e amigos e dizer que lamentamos o fato.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da rádio Alesc Digital, servidores deste Poder e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Assomo à tribuna para prestar contas da viagem que fiz na semana passada a Quito, capital do Equador, para participar do Seminário Latino-Americano e do 2º Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana. Esses dois eventos discutiram alguns temas de crucial importância para todos os povos do nosso continente, inclusive e principalmente para o povo brasileiro, pois o Brasil é o maior país do continente, somos 180 milhões, quase que a metade de toda a população da América Latina e do Caribe.

Foram tratados temas como a preservação do meio ambiente e a necessidade de anunciar todas as formas predatórias do uso do solo que são praticadas quase sempre por monopólios dos países ricos, uma vez que são proibidos de realizar determinadas atividades econômicas na Europa e nos Estados Unidos e aqui há menos controle social e os governos são mais submissos.

Também foi tratada a questão da energia e a importância de um plano continental que possa unir todos os países produtores de petróleo, de preferência numa única e grande empresa pública voltada para garantir a soberania dos povos e a soberania do nosso continente.

Os biocombustíveis, que poderiam ser uma alternativa importante para substituir o petróleo que está em crise, se regulados pelo controle popular, pelos pequenos agricultores, deputado Pedro Uczai, têm o potencial de ser o futuro da produção e da regulação de energia no mundo. Contudo, se controlados pelos monopólios de forma monocultural, serão mais uma catástrofe ao meio ambiente, serão mais um risco para a soberania alimentar dos nossos povos.

Só para termos uma idéia, depois que o presidente Bush esteve no Brasil e fez acordos com o presidente Lula, em um ano o preço do feijão no país aumentou 100%. Em 2007 o feijão, que é o principal alimento do povo brasileiro, sofreu um aumento de 100% em virtude da expansão da soja e do milho para a produção do biocombustível, inclusive da cana-de-açúcar por sobre a Amazônia.

Mas preciso falar de um tema que nos últimos dias tem sido notícia na América Latina e até no mundo, que foi o bombardeio praticado pelo governo da Colômbia sobre o território do Equador, matando 19 militantes da insurgência colombiana, entre eles o subcomandante Raúl Reyes. Agora o mundo, e nós brasileiros perguntam: por quê? O que está acontecendo? O que Chávez tem a ver com o Equador e com esse ataque que o governo da Colômbia fez sobre o território equatoriano? É preciso que nós, pessoas inteligentes, não deixemos que obstruam a mente e possamos pensar e enxergar as coisas como realmente são.

O que estavam fazendo os 17 colombianos no território do Equador? Não estavam lá garantindo a liberação dos reféns, dos prisioneiros de guerra da insurgência na Colômbia?

No dia 27 eu ainda estava no Equador quando quatro parlamentares, que há anos eram reféns da guerrilha, foram liberados e entregues, na Venezuela, ao governo Hugo Chávez. Segundo disse ontem o presidente do Equador, nos próximos dias a ex-candidata a presidente da Colômbia, Ingrid Bettancourt, seria liberada na região da Colômbia e do Equador.

Era isso que eles estavam fazendo, uma missão humanitária no território do Equador, com autorização do governo daquele país, com o conhecimento e negociação do governo da Venezuela, e o governo fascista de Álvaro Uribe, que não quer nenhuma negociação com governos, com nenhum movimento social e jogou bomba em território de outro país. Portanto, o risco de guerra é responsabilidade do sr. Uribe e de seus aliados!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria saudar o prefeito de Itaiópolis, sr. Ivo Gelbcke, e a sua equipe de vereadores que estão presentes em Florianópolis, hoje, buscando recursos para sua região.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A nossa saudação também ao prefeito Ivo Gelbcke, de Itaiópolis, do secretário de Saúde e toda a sua equipe, pelos quais temos grande apreço e consideração.

Com a palavra o eminente líder do PP, deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sr. deputado Silvio Dreveck, conforme tratamos na reunião da nossa bancada, ao meio-dia, quero trazer a minha posição, nessa véspera de assembleias que o magistério está realizando no estado todo, e até aqui, deputados Pedro Uczai e Reno Caramori, a maioria delas, a totalidade, é com o indicativo da ampla maioria dos professores presentes pelo desencadeamento do processo de greve no magistério público catarinense.

Sr. deputado Moacir Sopelsa, eu sou professor de carreira, passei por todos os estágios do magistério, desde a escola multiseriada até a direção de uma grande escola técnica, a Escola Técnica Diomício Freitas, no município de Tubarão, hoje Sedup Diomício Freitas. Na época era uma escola com mais de três mil alunos com ensino profissionalizante.

Tenho experiência de quase 25 anos de atividades no magistério, deputado Reno Caramori. Sei perfeitamente, deputado Pedro Uczai, assim como v.exa. que também é professor, o quanto irá representar, o que comprometerá o ano letivo uma greve desencadeada num momento como esse. O que percebemos é que o governo está tratando esse assunto com a mais absoluta indiferença, despreocupação e, eu diria até, desleixo. Não há por parte do governo nenhum esforço para atender as demandas do magistério, que vêm de muito tempo.

Se analisarmos a pauta de reivindicações, deputado Antônio Aguiar, ela é de cobranças de compromissos solenes assumidos pelo então governador Luiz Henrique no primeiro mandato, pelo governador Eduardo Pinho Moreira e pelo candidato à reeleição Luiz Henrique da Silveira.

Essa política de abonos que o estado está implementando na carreira do Magistério Público Estadual é uma política de desmonte completo da carreira do magistério. Ela é extremamente maléfica porque não contempla o professor que estudou, que se reciclou, que buscou o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos para elevar, conseqüentemente, a qualidade de ensino.

Essa nova proposta de abono nada mais é do que a reinvenção do "pó de giz", 30 anos depois do governador Jorge Bornhausen ter feito isso! Esse governo, deputado Kennedy Nunes, está tão atrasado no tempo que quer cantar loas a uma proposta que é uma cópia do que Jorge Bornhausen fez na década de 70, quando instituiu o "pó de giz".

Qual é o incentivo que o professor terá para buscar uma graduação, uma pós-graduação, um mestrado ou doutorado, uma vez que a média salarial de um professor com formação de nível médio com 40 horas oscila na casa de R\$ 500,00, deputado Pedro Baldissera. Uma gratificação de R\$ 200,00 representaria um incremento próximo a 40%. Já um professor que foi buscar uma graduação, uma pós-graduação, uma especialização recebe um salário médio na faixa de R\$ 1.200,00, R\$ 1.300,00. Com o abono de R\$ 200,00, vai ter um incremento de pouco mais de 10%. Que incentivo é esse que estamos dando ao profissional que está procurando adquirir mais conhecimento?

As promoções no magistério não são mais respeitadas e nem aquilo que está estabelecido no seu Estatuto há quatro anos já! Hoje recebi, ao chegar aqui no gabinete, pois já tinha saído na quarta-feira, dezenas de manifestações de professores cobrando o prêmio assiduidade que não foi mais pago e não foi dada nenhuma satisfação.

As manifestações que estamos recebendo, e tenho certeza de que v.exas. em seus gabinetes também recebem e-mails, correspondências, telefonemas de professores, de escolas, de entidades diariamente, são pedindo nosso voto contra essa proposta de abono.

E o que é pior, deputado Manoel Mota, esquecem olímpicamente daquela professora aposentada, daquele professor aposentado. O servidor público aposentado está neste governo há seis anos já com apenas 1% de reposição salarial. Por quê? Qual é a razão deste governo tratar tão mal o aposentado? Não gosta de quem se aposentou? Não trata com respeito quem está na terceira idade? Por quê? Porque essas pessoas não têm mais capacidade de mobilização, de fazer um enfrentamento, de instituir um estado grevista? Não é correto isso! É desumano! Temos recebido manifestações de servidores aposentados que já não têm mais condições de adquirir o remédio, de se alimentar dignamente, e o governo não dá nenhuma resposta.

O que não entendemos, deputado Pedro Baldissera, é que a receita do estado vem batendo recorde a cada mês. No período de governo de Luiz Henrique, deputado Silvio Dreveck, a receita de Santa Catarina cresceu uma vez e meia. No último mês de mandato do governo Esperidião Amin a receita oscilava na casa de R\$ 300 milhões/mês, hoje está na casa de R\$ 800 milhões/mês, deputado Kennedy Nunes, e o servidor aposentado teve 1% de reajuste! Um por cento! Os servidores da Segurança Pública, os policiais, estão esperando desde 2003 o pagamento da Lei Complementar n. 254. Votaram duas vezes no Luiz Henrique. O que vão fazer agora? Procurar um Procon para reclamar?!

Os professores estão pedindo a incorporação do abono que sua excelência, o governador, prometeu solenemente como governador, como candidato. E nada! E o estado grevista se anunciando. Até onde o governo vai continuar agindo com essa arrogância, com essa prepotência, achando que porque tem um comitê político, um escritório político que chamam de secretaria de Desenvolvimento Regional em cada região para fazer a defesa do governo, muitas vezes induzindo o cidadão ao erro, deputado Silvio Dreveck, isso vai sustentá-lo?!

Mas quando é para fazer audiência pública para debater o Instituto de Previdência em cada Regional, aí não pode! Aí o governo não quer! Aí só pode fazer nove. Então, o governo reconhece que 36 secretarias é demais, porque na hora de debater o Iprev só pode fazer nove?! Que incoerência é essa?

Governador, pense, reflita um pouco! Não é possível v.exa. continuar tratando tão mal o servidor público de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, caros companheiros, quero aqui, primeiramente, nobre deputado Manoel Mota, eu que tive a oportunidade, na última semana, de vir aqui fazer uma crítica, falar a respeito de uma situação de Blumenau, sobre as câmeras de vigilância. Tínhamos lá um contrato, deputado Antônio Aguiar, que estava vencendo, e a cidade de Blumenau estava correndo o risco de ficar com o sistema das câmeras totalmente inativo, sem a devida manutenção da empresa habilitada no processo licitatório.

E aqui quero fazer um registro, um agradecimento ao secretário Antônio Gavazzoni, que junto ao grupo gestor intermediou a renovação do contrato por mais 180 dias, para que juntamente com os demais contratos dos outros municípios o serviço possa ser regularizado e ser feito um novo processo licitatório.

Gostaria de, deputado Manoel Mota, caros companheiros, agradecer ao secretário Gavazzoni, porque infelizmente este parlamentar não teve a devida atenção e resposta por parte do secretário da Segurança Pública. Foi obrigado o secretário da Administração trazer o retorno a este parlamentar, porque o secretário da Segurança Pública, que deveria ter-se preocupado com o assunto e explicado por que fez a renovação dos outros municípios e não de Blumenau, não teve a ousadia e a coragem de me ligar e falar a respeito desse assunto.

Por isso, venho à tribuna agradecer de público ao secretário da Administração, que permitiu e viabilizou que Blumenau não ficasse sem esse serviço e, consequentemente, sofresse o risco de haver problemas na manutenção dessas câmeras de vigilância, que hoje são fundamentais para aquela cidade, assim como acontece, deputado Kennedy Nunes, em Joinville, assim como acontece aqui, deputado Cesar Souza Júnior, v.exa. que sempre defendeu a manutenção desse serviço, em Florianópolis, como acontece em qualquer cidade de Santa Catarina.

Eu defendo efetivamente que esse serviço de monitoramento eletrônico seja ampliado, e não que os contratos de manutenção sejam cancelados. Pelo contrário, que possamos ter um sistema mais moderno, com taxas menores do que as cobradas pela Brasil Telecom, implantando em todos os municípios o mesmo sistema que foi implantado no município de Rio do Sul, um sistema *wi-fi*, um sistema por comunicação a rádio, que não gera custo, como é gerado mensalmente o custo de manutenção pela Brasil Telecom, da transmissão dos dados. Esse sistema é extremamente importante, por isso uso a tribuna para falar a respeito.

Trago outro assunto aqui - e aí eu me coloco, hoje, como morador do médio vale. Recentemente, acompanhamos a performance do Metropolitano, que hoje está jogando em Timbó - e já jogou em Brusque - no Campeonato Catarinense. Foi uma grande atuação desse time, formado, recentemente, em Blumenau, que vem mostrando, através de um grupo de pessoas, de abnegados, a forma correta de se jogar o futebol. Mas, infelizmente, o time sofre, hoje, com o problema de não haver um estádio de futebol no município de Blumenau em condições de receber os jogos oficiais do Campeonato Catarinense.

Isso me deixa muito triste, assim como qualquer parlamentar e qualquer cidadão do médio vale, porque, efetivamente, o seu time do coração não possui um estádio, como há em outros municípios, para que os times possam competir. E isso faz com que o futebol acabe perdendo aquele brilho que tem.

E o próprio *Jornal de Santa Catarina* mostrava os operários arrumando a iluminação do campo de Timbó; mostrava, há algum tempo, o problema que aconteceu por causa de uma chuva muito forte em Brusque, sendo que durante a partida o estádio ficou sem energia elétrica.

Então, nós, moradores do médio vale - e aí como blumenauenses -, queremos conchamar toda a comunidade daquela cidade para que possamos resolver esse problema.

Já tive a oportunidade, deputado Manoel Mota - e de novo o governador se mostrou extremamente sensível em ajudar a região -, de pedir a ajuda do governo para resolver o problema, e ele se colocou à disposição. Já conversei com o prefeito João Paulo Kleinübing, e novamente também o prefeito colocou-se à disposição para buscarmos um local que pudesse sediar esses jogos e reunir cerca de dez ou 15 mil pessoas não só para assistir a um jogo de futebol do time Metropolitano, mas também para servir a cidade.

E depois de uma conversa com o presidente da Fiesc, o nosso amigo Alcântara Correa, talvez uma grande solução para esse problema seja definitivamente toda a região se unir em prol do fechamento do anel do Complexo Esportivo do Sesi, que hoje vem recebendo recursos, deputado Décio Góes, inclusive dos governos federal e municipal para ser feita a pista sintética para atender àquela região.

Hoje os governos federal e municipal já investem no Sesi, junto com as entidades. E aí quem sabe possamos fazer uma corrente positiva, independente de partido político, e trabalhar, srs. parlamentares, tanto na esfera municipal, quanto nas esferas estadual e federal, no sentido de garantir recursos suficientes para, aí, sim, fechar esse anel do Sesi e realizar um grande projeto, construir um complexo esportivo com a cara de Blumenau, com a cara e o jeito do povo do médio vale, que abrigue não apenas um time que, com certeza, será um dos futuros campeões desse estado no futebol, mas também cerca de dez a 15 mil pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, eminente líder de Criciúma, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente é com satisfação que quero registrar a presença neste Parlamento do prefeito do meu município de origem, Siderópolis, Douglas Gleen Warmling, acompanhado do presidente do nosso glorioso Partido Progressista, o vereador Ademir José Donadel, e a sua comitiva.

É um prazer tê-los aqui em nosso Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o eminente deputado Moacir Sopena, ex-secretário da Agricultura, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPENA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu vou dividir o tempo com o líder do meu partido, deputado Manoel Mota.

Quero agradecer-lhe, deputado Antônio Aguiar. O tempo do partido pertencia a v.exa., mas acho importante que se preste aqui alguns esclarecimentos, deputados Pedro Uczai e Kennedy Nunes, sobre as questões levantadas pelo deputado Joares Ponticelli. E uma delas envolve a Epagri, uma empresa pela qual tenho um respeito muito grande pelo trabalho que desenvolve no estado de Santa Catarina.

Estão aqui presentes os nossos idosos, o prefeito municipal de Marema e o nosso povo do interior que tem a responsabilidade de produzir alimentos. E certamente eles sabem da importância que tem essa empresa. E não é justo que se condene o governador por esses atos que aconteceram na Epagri.

De 2003 a 2006 fui secretário de Agricultura e conselheiro da Epagri. Por isso posso afirmar que ela tem o seu orçamento próprio e a sua administração própria. Quero deixar registrado aqui que, por determinação do sr. governador e da direção da empresa, está sendo feito todo um levantamento. Foi criada uma sindicância para apurar tudo aquilo que pode ser considerada irregularidade e daí ser encaminhada ao Ministério Público. Aqueles que, porventura, estão envolvidos em algumas situações de improbidade administrativa dentro daquela empresa, devem ser responsabilizados.

Agora é preciso deixar registrado aqui que quem prestava serviço de 2003 a 2006 era a empresa contratada também pelo governo anterior e do qual o deputado Joares Ponticelli era o seu líder aqui neste Parlamento. É preciso também dizer que, quando se soube que podia haver essas irregularidades, houve a iniciativa do Executivo de que elas fossem apuradas.

E gostaria de dizer aqui que é importante que se faça justiça. Se algumas pessoas cometeram irregularidades que comprometem a idoneidade da empresa, elas devem ser punidas. E, repito, deputado Valmir Comin, aquela é uma empresa que tem o nosso reconhecimento e respeito pelo importante trabalho que presta ao estado de Santa Catarina.

Eu conheço o governador Luiz Henrique da Silveira há mais de 30 anos. E como tive a oportunidade de ser seu secretário de Agricultura no seu primeiro mandato, algumas vezes pude escutar, deputado Manoel Mota, as recomendações e a maneira como o governador quer que a coisa pública seja conduzida: sempre com transparência e lealdade. E, diferente do que ocorria em muitas ocasiões, em que as coisas aconteciam e não eram trazidas a público, hoje está aí o governador e a direção da Epagri tentando esclarecer e trazer os fatos à tona para que o Ministério Público faça o seu julgamento.

Repito: se alguém se aproveitou dessa situação, que seja penalizado e pague pelos atos que possa ter cometido. Se houve desvio de recurso, se houve contratação de funcionários fantasmas, enfim, se aconteceu o que dizem dentro da empresa, tenho certeza de que a determinação do sr. governador será de que os fatos sejam apurados. Se há culpados, que sejam penalizados!

Deputado Jean Kuhlmann - e v.exa. teve a oportunidade também de ser secretário do governador Luiz Henrique -, tenho certeza de que vamos esclarecer esses fatos para que não fiquem dúvidas. E se existem culpados, que eles sejam punidos!

Passei pela secretária de Agricultura, tenho 30 anos de vida pública e por onde passo, procuro andar de cabeça erguida e fazer as minhas ações com transparência, porque quando se trabalha com recurso público, é preciso que haja transparência. E o governador tem essa transparência.

Por isso preciso deixar registrado aqui o empenho, a lealdade, a segurança e a cobrança do governador nas ações, com transparência, com lealdade. E que não se gaste o dinheiro público, sem que seja em defesa da nossa população.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPENA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Nobre deputado, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento e não posso deixar de me pronunciar para concordar com v.exa. quando fala na pessoa do governador Luiz Henrique.

Quero dizer que, efetivamente, tive a oportunidade de estar um ano à frente da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, e o governador sempre foi muito taxativo, muito claro e muito objetivo e nunca permitiu que absolutamente nada de errado fosse feito com recurso público. E se existisse alguma suspeita, ele era o primeiro a exigir que houvesse a apuração dos fatos e a investigação de qualquer leviandade.

Por isso tenho certeza de que o governo Luiz Henrique, da mesma forma, vai exigir que essa situação seja averiguada com detalhe, porque ele é o primeiro a não admitir esse tipo de atitude. Tanto é que a Oposição, quando tenta fazer alguma coisa com ele, fala sobre propaganda, porque sobre desvio de recurso público nem tem argumento para falar!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPELSA - Agradeço o seu aparte, nobre deputado.

Antes de conceder o restante do tempo ao deputado Manoel Mota, reafirmo, mais uma vez, a minha solidariedade ao governador Luiz Henrique, porque tenho certeza da sua determinação de que as coisas precisam caminhar de forma transparente para que possamos realizar o nosso trabalho. Como homens públicos, temos o dever e a obrigação de defender a coisa pública de uma forma transparente, de uma forma honesta. E sei que essa é a determinação e o encaminhamento do governador Luiz Henrique da Silveira.

Aproveito ainda, deputado Manoel Mota, para cumprimentar o vice-prefeito Jackson Luiz Patzlaff e sua assessoria lá do município de Arabutã.

Sejam bem-vindos! Espero que possam desfrutar da nossa Casa durante os dias em que estiverem na capital dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, ainda não ouvi o eminente deputado Joares Ponticelli vir à tribuna por outro motivo, a não ser com raiva e rancor. Ainda não ouvi fazer um pronunciamento em defesa da sua região nem apresentar um projeto em defesa dela. Se há um projeto, deve ser em outra Assembléia Legislativa, e não na de Santa Catarina! Não o ouvi apresentar nada, nenhuma solução! Então, ele não tem nada a oferecer à população, não tem o que apresentar, não tem o que fazer, e aí vem para cá criticar. São somente críticas daqui e críticas dali.

Ele iniciou o seu pronunciamento dizendo que estava preocupado com Criciúma, porque o PMDB tem três candidatos. Ele tem que se preocupar com Tubarão, a terra dele, que não tem nenhum, porque acabou com o partido naquele município! Por que ele não sai candidato, se ele é tão forte? O sr. deputado Joares Ponticelli tem que ser candidato em Tubarão, se ele é tão forte assim! Por que ele não tem coragem? Porque não tem voto. Por que não tem voto? Porque ele não sabe construir e só critica.

Então, a verdade é esta: quem só critica, não sabe construir. E quem não constrói, acaba caindo no esquecimento.

São só críticas e mais críticas todos os dias. Veio aqui falar em R\$ 6 milhões da Epagri. O governo honrado de Luiz Henrique faz, constantemente, auditorias dentro do próprio governo. Se for encontrada alguma coisa errada, é mandado para a Procuradoria e tem que ser reparado o erro. E se houver erro, tem que ser penalizado, não tem conversa! Esse é o governo da transparência! Esse é o governo do povo catarinense!

Vimos que foi levantada aqui a questão do R\$ 1,5 milhão do filme do sobrinho do secretário Ivo Carminati. Por que faltar com a verdade? A carta de captação é de R\$ 1,2 milhão e foram captados R\$ 300 mil. Estão fazendo um filme americano aqui em Santa Catarina, que vai custar US\$ 5 milhões, sendo que Santa Catarina vai aparecer de ponta a ponta.

Por isto que o nosso estado cresce e as empresas vêm fazer, deputado Genésio Goulart, investimentos aqui em Santa Catarina: porque alguém coloca o estado competitivo e busca alternativas. Assim, os investimentos aqui aparecem e fazem com que o estado cresça, evidentemente.

Falou aqui novamente sobre o art. 170. Ora, com relação ao art. 170, todas as parcelas foram pagas! E só não foram pagas daqueles que não estão com a contabilidade em dia e não prestaram contas. O dinheiro está disponível, é só prestarem contas que irão receber os recursos do art. 170!

Então, esses discursos vazios vão ficando cansativos e a população não agüenta mais ouvir porque não são verdadeiros. Quando se falta com a verdade, quando os discursos não têm conteúdo, a população passa a não acreditar no parlamentar.

Vieram aqui mostrar o colégio de Tubarão todo quebrado, mas depois não mostraram que estava sendo construído! Por que ele não vem agora aqui agradecer e dizer: "Obrigado, Luiz Henrique, obrigado, secretário da Educação, Paulo Bauer, pelos lindos colégios que foram construídos"! E v.ex.a., deputado Genésio Goulart, participou da inauguração dos colégios de primeiro mundo que foram construídos em Tubarão. Se tivesse vindo aqui agradecer ao governo, eu seria obrigado a dar o braço a torcer e elogiar, dizendo: ele veio aqui criticar, mas também veio elogiar. Mas não! É só crítica. E na hora de falar da construção, não vem mais, esquece!

E não foi só em Tubarão. Tivemos inaugurações em Imbituba - e v.ex.a. também participou, deputado Genésio Goulart -, no oeste, em São Miguel d'Oeste, em Itapiranga. O governo continua inaugurando obras porque Luiz Henrique da Silveira realiza um governo de quem trabalha, de quem luta, de quem busca soluções e de quem tem compromisso com o povo!

Somos obrigados a perguntar: por que o estado cresceu e está arrecadando mais? Porque está sendo governado por uma equipe competente - e isso no governo do deputado Joares Ponticelli não existiu - que realiza obras e faz o estado crescer e arrecadar mais.

Fazem críticas dizendo que o Prodec está tirando dinheiro do estado. Mas como é que o estado cresce? É pela competência, criatividade, ação e trabalho em equipe! É isso que faz um governo transparente, um governo de um homem de bem, honrado, que está construindo um estado com qualidade que orgulha o povo catarinense! É isto que está acontecendo nesse instante: um governo que orgulha o povo catarinense!

Já imaginaram um governo passando por toda aquela situação e, mesmo assim, vai até a prefeitura de Içara, do PP, e faz um convênio de R\$ 4,5 milhões para construir um acesso à praia de Barra Velha?! Quando foi que o seu governo deu um centavo para alguma prefeitura do PMDB? Então, é preciso construir com outra cabeça, outra idéia! A população de Santa Catarina não admite mais essas críticas vazias, levanias, infundadas, querendo fazer com que pessoas de bem possam cair no abismo, no esquecimento.

É o contrário do que ele está imaginando. Nós governamos com responsabilidade, porque viemos para cá a fim de ajudar a fazer com que Santa Catarina cresça. A população, quando nos elegeu, foi para buscar resultados. E quando o político não busca resultados, cai no vazio e no esquecimento. E podem ter certeza de que a população cobra resultados; ela não elege um candidato porque é mais velho, mais novo, mais bonito ou mais feio. Não! Ela elege porque quer ver resultados! E quando o político não busca resultados, ele cai no esquecimento!

Eu quero aqui fazer um desafio: qual é o projeto, nesses cinco anos, que o eminente deputado Joares Ponticelli deu entrada nesta Casa para defender Tubarão, a sua região da Amurel? Eu gostaria de ver para poder elogiar. Ele fez um projeto, mas não fez. E se fez que o presente, então.

Srs. deputados, a população não aceita mais apenas discursos vazios e críticos, precisamos construir um novo momento de ação, de realização, de compromisso, de lealdade com o povo e com a região que representamos. É isso que a população de Santa Catarina espera e é isso que Luiz Henrique está fazendo, ou seja, construindo, realizando sem discriminar e fazendo com que o estado cresça cada vez mais para orgulho do povo de Santa Catarina. É isso aí, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados. (Passa a ler.)

"Ocupo a tribuna hoje para esclarecer fatos referentes à ação civil pública, de autoria do ministério Público Federal do Trabalho, contra o estado de Santa Catarina. Acontecimento repercutido pela imprensa.

O ministério Público suscita dúvidas acerca do instituto da disposição, da convocação e da remoção de servidores públicos de um órgão para outro, bem como de enquadramento por transformação de carreiras extintas em novas carreiras, criadas com a aprovação das leis de cargos e vencimentos do Poder Executivo.

Os institutos da disposição, da convocação e da remoção estão previstos no ordenamento jurídico que regem as movimentações dos servidores públicos. Portanto, são legais. Porém, dúvidas sobre estas movimentações de cargos foram levantadas, e devem ser esclarecidas.

Mas, para que todos possam entender melhor, precisamos relembrar os fatos da primeira gestão do governo Luiz Henrique da Silveira. Na gestão 2003/2006, foram corrigidas distorções históricas das carreiras funcionais dos servidores públicos estaduais com a implantação da setorização da gestão pública que tem como meta a eficiência da máquina administrativa.

A setorização das carreiras teve início com a adoção do modelo de gestão estipulado pelas Leis Complementares n.ºs 146/2003 e 284/2005, tendo como parâmetro a atividade finalística de cada secretaria, autarquia e fundação.

Até então, era a Lei Complementar n. 81/1993 que estabelecia as carreiras do quadro de pessoal civil do Poder Executivo. Com o novo modelo, procurou-se fazer com que em cada órgão o servidor tivesse lotação e exercício no mesmo órgão. Ou seja, por exemplo, na Fatma queremos contar com servidores lotados e em exercício capacitados para tratar da gestão ambiental; no Ipsc, queremos contar com servidores, lotados e em exercício, preparados para atuar na gestão previdenciária; no Deinfra queremos profissionais, servidores lotados e em exercício, especializados na gestão de infra-estrutura; na Saúde, queremos analistas técnicos em gestão e promoção da Saúde, etc, para melhorar a eficácia da máquina administrativa catarinense.

A eficácia da setorialização já é reconhecida, tanto que a prática de admitir servidores com especialização nas áreas afins de cada órgão está sendo adotada nos novos concursos do estado.

Na época, a proposta fundamental para solidificar a setorialização da gestão pública foi a elaboração de planos de cargos e vencimentos específicos para cada órgão, unificando as carreiras. Para se ter uma idéia, havia órgãos que não possuíam sequer quadro de pessoal. Contavam com mais de 60 servidores de outros órgãos que estavam à disposição ou convocados.

Estas e outras distorções foram corrigidas por intermédio dos planos de cargos e vencimentos. Os enquadramentos dos cargos extintos para os novos foram feitos por transformação, de maneira totalmente legal, inclusive com a realização de audiências públicas.

Os servidores que estavam à disposição e convocados tiveram a oportunidade de permanecer no destino ou voltar para a origem. Com a permanência no destino, o servidor passou a ter lotação e exercício num único órgão. A vida funcional então passou a ser naquele órgão de destino. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a transformação de cargos, funções ou empregos no Executivo é legal, desde que realizada por lei de iniciativa do Executivo. E foi o que ocorreu. Para isso, nos anos de 2005 e 2006, foram elaboradas leis, constitucionalmente corretas, aprovadas por esta casa e sancionadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

O Supremo Tribunal Federal entende que o concurso público se faz necessário quando 'implicar em alteração do título e das atribuições do cargo'. Nesse processo todo, em nenhum momento houve transferência de um cargo de nível médio para outro de nível superior. Todos os novos enquadramentos sempre obedeceram ao nível e à referência do antigo cargo ocupado, dispensado, pois há exigência de novo concurso público.

Processo semelhante já ocorreu na secretaria de estado da Fazenda. No ano de 2000, a Lei Complementar n. 189 extinguiu os cargos e as carreiras de fiscal de tributos estaduais, fiscal de mercadorias em trânsito, exator e escrivão de exatária. A mesma lei criou, em substituição aos cargos acima mencionados, a carreira única de auditor fiscal da receita estadual. Neste caso também houve o aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados, ou seja, por transformação.

A Lei Complementar n. 189 também foi questionada, sendo que sobre ela foi ajuizada uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal em 2003. Segundo o Supremo Tribunal Federal houve 'ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concursos públicos, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos'.

Com efeito, segundo o Supremo Tribunal Federal a modificação estrutural havida com a unificação das carreiras não é inconstitucional, pois decorre da competência que tem o estado de organizar seus próprios órgãos e estabelecer o regime de seus servidores, palavras do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o princípio da legalidade denota exatamente da relação do Poder Legislativo que cria lei com o Poder Executivo, que pressupõe o exercício do primeiro. Só é legítima a atividade do administrador público se estiver condizente com o disposto na lei e foi exatamente o que ocorreu."

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para falar sobre temas centrais que estão na pauta da nossa bancada no dia de hoje e desta semana. Em primeiro lugar quero fazer algumas considerações sobre a mobilização das mulheres camponesas, agricultoras e mulheres urbanas, que também estão constituindo um movimento social.

Por que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos trazer para esta tribuna este debate? Porque nesta semana que antecede o dia 8, o Dia Internacional da Mulher, acontecerá, mais uma vez, a mobilização das mulheres do estado aqui na capital. Começa hoje e irá até quinta-feira com vigília, com audiências públicas no INSS, no Cepon, no Hemosc e com o governo do estado.

A pauta de reivindicações deste ano é praticamente a mesma de 2007, porque este ano, lamentavelmente, o governo do estado, o governador particularmente, não recebeu as mulheres para uma audiência. Meses depois, os técnicos da Epagri receberam o movimento das mulheres, e a maior parte deles desconhecia a própria pauta de suas reivindicações. Isso é um desrespeito total com o movimento social do campo e da cidade, com as organizações das mulheres e com as próprias mulheres que lutam em prol de políticas públicas.

O que as mulheres queriam no ano passado? Linhas de crédito para a área de trabalho e renda; discussão de política habitacional, de moradia para as mulheres; direito à educação com transporte escolar de ensino médio; escolarização das mulheres camponesas; valorização da educação infantil; tarifa social de energia elétrica; saúde pública; hortas medicinais; implementação da Lei Maria da Penha e a participação na Conferência Estadual das Mulheres.

E o grande mote da mobilização do ano passado foi a infra-estrutura para desenvolver a campanha de produção de alimentos saudáveis, porque quem mais sofre com o veneno, com o agrotóxico, com a contaminação da água, do meio ambiente, muitas vezes, são as mulheres.

Há muitos homens, deputado Flávio Ragagnin, que hoje ocupam uma cadeira aqui na Assembléia, que usam equipamentos de segurança, mas as mulheres, na hora de lavar a roupa dos que utilizaram o veneno, não usam equipamento nenhum. Portanto, é preciso pensar sobre toda a lógica de alimentação saudável, de vida saudável.

Pautaram isso com o governo do estado, pautaram um debate sobre alimento saudável e, por coincidência, esta semana é a Semana do Consumo Consciente, que a própria Rede Ecovida está promovendo em todo o estado para criar uma consciência de consumo e de alimento saudável.

E as mulheres novamente estão em movimento esta semana e querem uma audiência com o governador, que argumentou que na quarta-feira não pode recebê-las; elas estão à disposição na quinta-feira. Que o governador do estado sente junto com o movimento social, em audiência, e diga se irá atender ou não. Por que outras comissões de outros setores da sociedade o governador atende?

Portanto, esta semana o governo do estado não pode repetir o que fez no ano passado. Tem que receber as mulheres. Este Parlamento já votou o requerimento deste deputado e da deputada Ana Paula Lima para que o governador receba as mulheres camponesas e do movimento social urbano. E que seja na quinta-feira, se na quarta-feira o governador não pode recebê-las.

O que é mais importante para o governo do estado esta semana? Irá haver discursos aqui referentes ao Dia Internacional da Mulher. Parabéns às mulheres! Parabéns às mulheres do campo e da cidade! Quem sabe os deputados da base do governo irão fazer cartões para entregar para as mulheres do gabinete, para as mulheres daqui do plenário, do governo, mas o governador não vai atendê-las, não irá receber em audiência.

O governador tem que ter hombridade! Um governador que diz "por toda Santa Catarina" tem que se lembrar que metade da população deste estado é composta de mulheres. Mas o governador nem recebe as mulheres em audiência! No ano passado não recebeu. Esperamos que tenha sensibilidade e receba as mulheres para discutir a pauta para depois dizer se atende ou não as reivindicações. Caso contrário é discurso, é demagogia, é, como diz o ditado popular, politicagem barata.

Esperamos, sim, que a participação dos líderes dos partidos da base aliada possa sensibilizar o governo a receber as mulheres em audiência para discutir a pauta de reivindicações.

Em segundo lugar, não posso aqui, representando a nossa bancada, não trazer a preocupação do magistério estadual. Participei da assembleia, ontem, em Chapecó. Amanhã eles têm assembleia; o Sintesp tem assembleia para discutir políticas públicas para os servidores. E ao discutir políticas públicas para os servidores, o governo tem que deixar claro o que quer para o futuro da educação, porque o que se está propondo aqui no estado com o prêmio Educar é discutir um novo futuro para a educação no estado. E nesse momento está-se discutindo aqui qual o futuro; qual a valorização da educação; qual a valorização dos professores; qual a valorização da carreira do magistério em Santa Catarina.

Não há nenhum profissional da área pública ou privada que possa desempenhar com motivação suas funções, pois quando se aposentar vira castigo em relação à proposta do governo: ter licença-prêmio, que é um direito, vira castigo porque perde o prêmio; ficar doente, perde o prêmio; aposentar, perde. Qual é a motivação de fazer mestrado, doutorado e especialização? Porque quanto mais carreira, mais tempo, menos recebe. Qual é a motivação dos professores? Qual a qualidade que estão discutindo para a educação?

Nós aqui estamos discutindo, na comissão de Constituição e Justiça, mais gratificações, mais transposição, deputado Sílvio Dreveck, mais motivação para os cargos comissionados e cargos de confiança nas chefias do governo do estado; mais motivação financeira; mais cargos. Vão dobrar as gratificações de quem já havia incorporado 100% das gratificações; quem foi diretor, secretário, chefe até 1991, em cinco anos incorporou 100% da chefia. Se agora ele volta, não mais vai receber 20%, vai dobrar 100%, resultando em 40%.

Portanto, o governo do estado tem que decidir qual é o futuro que quer para Santa Catarina, não para o presente, mas para o futuro. E por isso tem que evitar a greve dos professores, atendendo as principais reivindicações do magistério, porque senão é demagogia aqui discutir futuro, qualidade e educação no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0035/2008, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0022/2008, 0023/2008 e 0024/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0025/2008 e 0026/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0027/2008, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Eu só quero expor para os nobres colegas e para aqueles que estão nos ouvindo de que a intenção desta indicação é garantir a cada companheiro policial militar poder receber em plenas condições de trabalho, quando não está de férias, no período normal de trabalho, sob cautela, uma arma da instituição para tê-la sob sua guarda, sob sua responsabilidade.

Nós temos uma realidade hoje de que o policial militar só usa arma no momento em que está de serviço. Ele sai do serviço fardado e desarmado e às vezes é chamado para uma ocorrência mesmo desarmado, e fica mais difícil para ele controlar essa violência que está aumentando cada vez mais na sociedade catarinense.

Nós precisamos, então, que o estado garanta o direito e a possibilidade de os nossos policiais militares realizarem um bom serviço, garantindo a sua legítima defesa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações ns. 0028/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0029/2008, de autoria do deputado Flávio Ragagnin, 0030/2008 e 0031/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, 0032/2008 e 0033/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon, 0034/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência solicita também a subscrição da Indicação n. 0023/2008.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Estadual de Cultura, cumprimentando-o pela posse na Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do jornal *A Voz da Razão*, do alto vale do Itajaí, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação do referido jornal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Flávio Ragagnin, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos proprietários e funcionários, através do gerente de programação, da Rádio Aliança, parabenizando-os pelos 25 anos de fundação e inauguração das novas instalações.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeita de Dionísio Cerqueira, cumprimentando-a pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Bom Jardim da Serra, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Associação Catarinense de Bibliotecários, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Bibliotecário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, cumprimentando-a pela passagem do Dia da Mulher

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Videira e Palmitos, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Orleans, cumprimentando-o pela eleição e posse na presidência da Associação dos Municípios da Associação da Região Carbonífera - Amrec.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de estado do Desenvolvimento, de Tubarão, César Damiani, pela estruturação do município com ações voltadas ao mercado e à organização empresarial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela inauguração das escolas de ensino básico no município de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do sindicato de Tubarão e região, cumprimentando-o pela posse na presidência dessa entidade, e aos demais membros da diretoria, pelo trabalho empreendido.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Laguna pelo trabalho realizado no ano de 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Gelson Padilha, e aos demais membros que compõem esta secretaria, cumprimentando-os pelas ações tomadas em 2008.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, com relação a esses dois últimos requerimentos que v. exa. acabou de ler e deferir, todos os dois de autoria do deputado Genésio Goulart, eu quero saber se a ementa está errada, porque senão não podemos aprovar essas duas matérias que estão parabenizando o secretário de Desenvolvimento Regional de Laguna e o secretário Regional de Braço do Norte pelas ações tomadas em 2008. É pena que o autor não esteja aqui presente, mas se estivesse eu lhe pediria uma explicação.

Se o requerimento estivesse parabenizando duas pessoas pelas ações tomadas em 2007, tudo bem, mas nós estamos começando agora o ano de 2008 e não tem por que fazermos isso. Não sei se na indicação está a mesma ementa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está um pouquinho diferente, nobre deputado.

No primeiro requerimento, de n. 142, o deputado Genésio Goulart parabeniza o secretário de Desenvolvimento Regional pelas ações tomadas em 2008 e no requerimento anterior, de n. 142, o deputado parabeniza o secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Gelson Padilha, e os demais membros que compõem a secretaria pelas ações tomadas em 2008.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas o deputado cumprimenta essas pessoas pelas ações tomadas em 2008?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Aqui está em 2008.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o eminente líder do PMDB, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É que nós temos, sr. presidente, um governo atuante, que realiza trabalhos, tanto que foram inauguradas este ano inúmeras escolas. É evidente que o deputado Genésio Goulart está parabenizando o governo por uma ação muito rápida e ágil, através da secretaria de Desenvolvimento Regional.

Por isso é mais do que válida a aprovação da matéria.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, v.exa. há de concordar comigo que se for para debater o assunto, ou seja, para elogiar o eminente governador, eu também vou pedir a palavra para apresentar as contestações, mas eu não acho que este seja o momento oportuno para isso. O assunto que o deputado Kennedy Nunes levantou é pertinente, mas não para debater elogios ou para fazer contestações.

Gostaria que v.exa., presidente, não permitisse que isso acontecesse novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da CDL de Florianópolis, Itamar Cavalli, cumprimentando-o pela posse na presidência, e aos demais membros, pelo trabalho empreendedor.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Educação, Paulo Bauer, parabenizando-o pela inauguração das escolas de ensino básico no município de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só quero dizer ao eminente líder do PP que o deputado tem o legítimo direito de contestar ou parabenizar alguém. Agora, isso não se chama debate. Desculpe-me, v.exa., mas quando um deputado quiser vir à tribuna para defender ou para contestar tem todo o direito de fazê-lo, pois é um direito constitucional, regimental e nenhum deputado pode tirar esse seu direito.

Então, v.exa. está totalmente equivocado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, vamos colocar no devido lugar o Regimento desta Casa. As matérias que foram aqui colocadas não estão em processo de discussão e votação, são requerimentos que a Presidência da mesa está deferindo. Então, não podemos debater os respectivos requerimentos.

Como nesse caso já foram votados os requerimentos, o eminente deputado Kennedy Nunes só quis pedir um esclarecimento sobre o conteúdo dos últimos dois requerimentos de autoria do deputado Genésio Goulart. Isso é possível, mas este momento não é para debate. Mas qualquer deputado tem, segundo o Regimento Interno, espaço para debater, só que isso não é válido neste momento. Então, o deputado Manoel Mota, no mérito, não está correto no seu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Catanduvas, Diomar Begnini, parabenizando-o pela iniciativa de celebrar a cultura e as tradições dos descendentes com a realização da V Festa do Chimarrão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Câmara de Vereadores de Otacílio Costa, parabenizando-a pela posse da nova Mesa Diretora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeitura de Urubici, parabenizando-a pela realização da 8ª Festa Nacional das Hortaliças.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina, parabenizando-o pela passagem do Dia do Meteorologista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeitura de Catanduvas, parabenizando-a pela realização da V Festa Catarinense do Chimarrão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Bom Jardim da Serra, Joinville e Ibirama, parabenizando-os pelo aniversário dos referidos municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu já conversei com a deputada Odete de Jesus, autora do requerimento, e ela me deu permissão para que assinasse o seu requerimento, para não precisar fazer um outro, pois a nossa cidade de Joinville fará aniversário no próximo dia 9 de março, e eu gostaria, então, de co-assinar este requerimento que parabeniza também Joinville pelo seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência parabeniza a deputada Odete de Jesus pela passagem do seu aniversário ocorrido no dia 2 de março.

Felicidades, nobre deputada.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de Rodeio, Catanduvas, Vargem Bonita, Ipuacu, Arabutã, Indaial e Campos Novos, parabenizando-os pelo aniversário dos referidos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom em Santa Catarina, pedindo a ampliação da rede telefônica nas comunidades de Consolação, Rio Vacariano, Rio do Engano, Campestre e São Francisco, no município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional da Brasil Telecom, pedindo a ampliação da rede telefônica nas localidades de Rio Lageado, Figueiredo, Rio Saltinho e Florestal, no município de Chapadão do Lageado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero me somar a este requerimento do deputado Rogério Mendonça e colocar aqui também que precisamos ajudar os prefeitos e, principalmente, a nossa gente do interior a resolver a questão do telefone. Porque agora, com a privatização do sistema de telefonia, não é interessante para nenhuma telefônica instalar linhas tanto de celular quanto fixas nas localidades onde existem poucos usuários.

Ora, enquanto isso permanecer, vamos sempre marginalizar um grande número de pessoas que, mais do que os demais, precisam se comunicar. Por isso, temos que elaborar alguma linha de crédito para apoiar os prefeitos a colocarem o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo iluminação dos trechos da rodovia BR-101 que atravessam os perímetros urbanos dos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, faz-se realmente necessária a instalação de iluminárias no trecho da BR-101 de Biguaçu até Palhoça, de Palhoça até Biguaçu, tendo em vista que nesse trecho a BR-101 se transformou numa grande avenida urbana. E a reivindicação é feita pelo CDL e pela Aemflo, de São José, na pessoa do sr. Odílio Guarezi. É uma solicitação que ele faz, no sentido de resguardar a vida da nossa gente que precisa transpor de um lado a outro da rodovia, porque o movimento é intenso, e à noite há uma escuridão enorme, com probabilidade maior de ocorrer inúmeros acidentes.

Então, este requerimento tem o intuito exatamente de diminuir a quantidade de acidentes que ocorrem na rodovia BR-101, no trecho Palhoça/Biguaçu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo iluminação no trecho de Varginha, município de Santo Amaro da Imperatriz.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, este requerimento é extremamente importante, porque está tratando do principal trevo de acesso à cidade de Santo Amaro da Imperatriz, onde ocorrem muitos acidentes.

É uma reivindicação da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz, na pessoa do seu presidente, representando todos os vereadores daquele município.

Então, se ali forem instaladas as luminárias para iluminar o trevo, com certeza também cairá o alto índice de acidentes que ocorrem naquele trecho, que é o trevo principal de acesso à cidade de Santo Amaro da Imperatriz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro do Trabalho e Emprego e ao superintendente regional do Trabalho e Emprego, de Santa Catarina, solicitando maior agilidade na emissão de carteiras de trabalho na gerência regional da cidade de Joinville.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, nós, lá em Joinville, estamos passando por uma situação muito complicada quando se trata da Delegacia Regional do Trabalho. E digo isso com conhecimento de causa, até porque já tive a oportunidade e a honra de ser subdelegado do Trabalho naquela cidade.

Joinville se destaca exatamente pela sua pujança na área da empregabilidade. Hoje é o município que mais emprega e também é importante pela área das indústrias. Mas o que não podemos admitir é o trabalhador ter de ir às 2h para a fila na subdelegacia do Trabalho para tentar conseguir uma carteira de trabalho, documento indispensável para quem quer trabalhar. E o que está acontecendo em Joinville é exatamente isso: trabalhadores estão indo às 2h para a fila na subdelegacia do Trabalho e quando ela abre, às 8h, os funcionários distribuem 50 senhas para eles. Para os primeiros 50 tudo bem. A partir do 51 não há mais senha, e eles têm que voltar outro dia, se quiserem entrar.

É um absurdo o que está acontecendo em Joinville! Eu recebi reclamações na televisão em que senhoras com crianças não têm sequer prioridade no atendimento. Uma mãe com uma criança de oito meses no colo, que estava lá embaixo do sol quente, não tinha prioridade no atendimento.

Portanto, este é um assunto extremamente delicado que nós, de Joinville, estamos passando, e eu gostaria, com a aquiescência do deputado Darci de Matos, que já foi delegado do Trabalho também no mesmo período em que fui, de co-assinar esta moção e que o Ministério do Trabalho descomplicasse essa questão da carteira de trabalho, porque antes, quando não era informatizado esse serviço, era muito mais rápido.

O que está acontecendo agora é que o trabalhador está sendo cerceado do seu direito digno, divino, de procurar um trabalho, porque a subdelegacia do Trabalho de Joinville está lerdando, atrasando, prejudicando o trabalhador joinvilense.

Por isso gostaria de co-assinar essa moção, com a aquiescência do deputado Darci de Matos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu quero me somar ao que disse aqui o deputado Kennedy Nunes e incluir na moção, com a permissão do deputado Darci Matos, a região de Tijucas. Porque quem reside na região de Tijucas, de São João Batista, tem vindo a Florianópolis para conseguir uma carteira de trabalho, pois lá não leva menos do que 40 dias para se conseguir tirar uma carteira do trabalho.

Se for preciso que isso seja comprovado, eu trarei ao plenário, amanhã ou depois, o testemunho de pessoas que vivenciaram essa situação.

Então, peço que seja incluída a região de Tijucas na sua moção, deputado Darci de Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a adoção de regras mais rígidas para a restrição do uso de esteróides e anabolizantes.

Em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero me somar aqui à sua moção e destacar que infelizmente no Brasil vende mais remédios quem faz mais propaganda. Vendem como se fosse comida ou roupa, como se fosse algo extremamente inerte ao corpo humano. E lamentavelmente o uso de anabolizantes faz mal a muitos inocentes, que acham que isso irá ajudá-los a vencer na vida, quando na verdade prejudica.

Apesar das ações da Anvisa ainda há, não só com os anabolizantes, mas com outros tipos de medicamentos, o excesso do uso da propaganda para convencer os inocentes a tomar, a gastar o seu dinheiro e pagar impostos sobre algo que os prejudica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - E prejudica a sua saúde.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado José Natal, a ser enviada ao presidente da República e ao diretor-geral do DNIT, manifestando repúdio à instalação de praça de pedágio em rodovias federais na malha viária da grande Florianópolis.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, somando o que já foi dito aqui na semana passada por alguns dos srs. deputados, pelo deputado Edison Andrino, e hoje, também, pelo deputado Marcos Vieira, venho com essa moção para ver se o presidente Lula e a sua equipe de trabalho sensibilizam-se, para que na região metropolitana - no papel, legalmente, não é, mas se diz e se conhece como região metropolitana - não seja instalada praça de pedágio naqueles locais já determinados, para que a população que aqui reside não seja prejudicada, haja vista o grande número de transeuntes e moradores dessa região. Vamos ver se pela primeira vez o presidente Lula terá sensibilidade com Santa Catarina e não permita que seja instalado o pedágio no município de Palhoça, onde pretendem. A equipe do presidente nunca deve ter vindo a Santa Catarina, provavelmente, mas ele, o presidente, esteve lá, no lançamento da duplicação, mas deve ter esquecido de avisá-los que lá é uma cidade e que tem muita...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o presidente da República tem muita sensibilidade com o povo catarinense, tanto é que não houve nenhum presidente na história do Brasil que tenha feito tantos investimentos em políticas públicas aqui no estado.

Com relação a esta moção, da forma como está, eu votarei contra, por uma simples razão: o PSDB vem fazer demagogia aqui na tribuna manifestando repúdio à instalação de uma praça de pedágio na grande Florianópolis, por interesse em fazer discurso, mas todo esse processo de instalação, esse leilão da privatização ou da instalação de pedágio na BR-101, em Santa Catarina, foi feito, inclusive, com acordo do Banco Mundial. E este deputado, como vários deputados, inclusive da minha bancada, manifestou-se contra a instalação de todos os pedágios na BR-101 e na BR-116.

Se a moção fosse para o governo federal rever a decisão de instalar pedágios nas rodovias federais em Santa Catarina, este deputado votaria a favor, mas não vou votar em discurso demagógico aqui, que serve mais para demagogia. Quando estavam no governo privatizaram a maior parte das rodovias deste país...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Só quero registrar que quando comecei a ler a moção do deputado José Natal, pensei que fosse contra os pedágios e até iria pedir para subscrevê-la, mas como s.exa. está-se referindo apenas a Palhoça, e eu sou contra a instalação de pedágio lá, contra a instalação de pedágio em São José, em Biguaçu, e nas outras 290 cidades do estado, deputado José Natal, quero deixar registrado, que não vou assinar, porque v.exa. precisa estender esse pedido para todos os outros 293 municípios.

E continuamos registrando o nosso repúdio, a nossa posição contrária às privatizações, a todas elas, em especial a das rodovias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, ao longo desses 20 e poucos anos de vida pública, trabalhamos com muita garra, para evitar a implantação de pedágios em Santa Catarina. Hoje, o Rio Grande do Sul e o Paraná estão minados.

Santa Catarina ainda não tem pedágio, mas no momento em que se falou na implantação em nosso estado, fizemos um movimento muito forte contra, mas não conseguimos evitar. Até não vou lutar mais contra o pedágio em Santa Catarina, porque já é uma decisão, mas em Palhoça, onde ainda não está regularizado, eu sou contra, e por isso vou votar a favor dessa moção, porque naquele município ainda não existe o pedágio, e enquanto não for lá instalado eu serei contra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pela coerência da discussão que fizemos nesta Casa, pela luta do nosso Partido, da nossa bancada, contra o pedágio em Santa Catarina, e temos ainda uma posição contrária, nós votamos contra a indicação.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, ontem participei de uma reunião em Palhoça, com várias entidades da comunidade organizada, juntamente com o prefeito e com o deputado Renato Hinnig, que também participou daquela reunião. Aquele município, encabeçado pelo prefeito, está fazendo um movimento. Primeiro, não é contra a cobrança do pedágio, eu particularmente tenho uma posição diferenciada com respeito ao pedágio, apesar de estranhar a posição histórica do PT contra o pedágio, porque é exatamente o governo Lula que está implantando o pedágio em Santa Catarina. Eu sou favorável ao pedágio, desde que tenha a rodovia duplicada.

O mais grave do pedágio que querem colocar em Palhoça, primeiro, é a localização da praça de pedágio, porque ela está sendo localizada antes do acesso aos balneários que são frequentados pela grande maioria da população...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Antônio Aguiar, tenho absoluta certeza de que todos os deputados desta Casa são contra a instalação de pedágios.

Quero até consultar o deputado José Natal, porque, independentemente de ser o governo do Partido "a" ou "b", a palavra repúdio parece uma muito forte. Então, pediria ao deputado José Natal, embora cada deputado tenha a liberdade de fazer os seus encaminhamentos, mas como ele é um deputado sensível e terá o voto de todos os deputados, que retirasse do requerimento a palavra repúdio. Seria essa a minha contribuição.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Concordo, sr. presidente, retiramos, então, a palavra repúdio e acharemos outro termo. O que não queremos é que instalem o pedágio naquela região, assim como em outras. Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a anuência do deputado José Natal, será retirada a palavra repúdio.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Só para deixar registrado nessa discussão toda que estranho o pouquinho os deputados Manoel Mota e Edison Andrino, porque o PMDB é a base do governo Lula, o PMDB faz parte do governo. Portanto, acho que é uma ação do governo do presidente Lula, sim, e o PMDB faz parte desse governo, e temos que ter também isso presente. E quero também dizer que a nossa luta nesse sentido todo sempre foi contrária à instalação do pedágio. Essa é a nossa postura, quero registrar, retornar, clarear para a sociedade catarinense que essa é a nossa posição: contra a instalação dos pedágios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao presidente da República, solicitando revisão do decreto federal que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.

Em discussão.

O Sr. deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, o médico de Brusque, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero fazer uma observação: lamentavelmente, hoje, nos postos de gasolina, vende-se cerveja, vodca, todas as bebidas alcoólicas e gasolina, enquanto se explica na televisão e em tantos outros lugares que não combina velocidade, carro, com bebida alcoólica.

Então, essa medida, a intenção original de proibir a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais, na minha opinião, deveria ser em qualquer posto de gasolina. A cem metros do posto não poderia ter bebida alcoólica, até para ser educativo, para ser incisivo.

Particularmente, se é constitucional ou não o decreto presidencial que proíbe a venda de bebida alcoólica, não vamos discutir, agora a intenção é boa. Por isso, deputado Moacir Sopelsa, votarei contra a sua moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero deixar registrado que temos aqui uma lei estadual que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias estaduais. Não sou contra o decreto. Acho que precisamos começar a preservar as vidas que são ceifadas pelo álcool ingerido por aqueles que conduzem os veículos. Acho que temos que fazer um mea-culpa quando cometemos, não vou dizer injustiças, mas ações, que às vezes não atendem a todos.

Esse decreto precisa ser revisto, porque existem alguns estabelecimentos que são penalizados, estabelecimentos que têm 30 anos, que têm uma vida toda, e, como disse o deputado Serafim Venzon, de fato não tem cabimento um posto de gasolina vender bebida alcoólica. Ele existe para vender combustível e atender o abastecimento dos carros. Mas nessa história toda, uma casa colonial, que vende o vinho da colônia, também está proibida de vender bebida alcoólica, assim como um restaurante, como falei dias atrás e não fui bem entendido, que há 30 anos vem fazendo em seu estabelecimento festas de casamento, ou um hotel, que está na beira da rodovia, enfim, todos perdem essa oportunidade. Então, essa é a revisão que peço que seja feita.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados, concordo com a ação do deputado Moacir Sopelsa sob o ponto de vista de que se está tentando criar um regramento diante até de uma certa ineficiência de fiscalização da própria Polícia Rodoviária Federal.

Somos contra o fato de dirigir e de beber, contra esse misto de bebida com volante, mas em Balneário Camboriú, cito casos pontuais que são prejudicados e que não pegam o público que está transitando na BR-101, mas que está nas proximidades da rodovia. Temos lá a Pizzaria La Barrica, que atende o público de Balneário Camboriú, que está dentro do perímetro urbano, mas que passa a ser prejudicada. Enfim, existem diversos estabelecimentos prejudicados, onde a BR-101 passa por dentro das cidades. Creio que teremos que rever essa questão, sim. Temos que abrir uma grande discussão para que possamos achar o modelo acertado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, já tive oportunidade de me manifestar a respeito desse assunto nesta Casa. Sou totalmente favorável a essa moção, porque acho que o decreto não vai resolver o problema da violência no trânsito. Em Santa Catarina, particularmente, a grande maioria das cidades do estado, senão a grande maioria mas uma parte importante das cidades do estado, são cortadas por rodovias federais e estaduais, onde há uma lei que também proíbe a venda de bebida. E vejamos v.exas. que o perímetro urbano dessas cidades estão nas margens dessas rodovias, que é onde estão os bares, os restaurantes, praticamente a vida econômica dos municípios de Santa Catarina. Até igrejas que fazem as suas festas religiosas estão proibidas de vender bebida alcoólica.

Eu acho que é uma medida radical, que não resolve o problema, que tapa o sol com a peneira, e o governo foge às suas responsabilidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu acho que esse debate é complexo. É uma medida que o presidente da República está sugerindo, está propondo, com uma medida provisória que será aprovada ou não no Congresso; por isso, está em vigor e traz algumas consequências.

Agora, o risco que se corre é jogar a criança com a água suja fora, porque todos os dados, as estatísticas das mortes nas rodovias do Brasil e de Santa Catarina também mostram que a grande parte delas é resultado do consumo de álcool. Essa é a estatística, esse é o dado. O decreto quer enfrentar esse debate.

Eu, pessoalmente, acho que tem que haver fiscalização com bafômetro. Para mim, a regulamentação tem que se dar no bafômetro. Quem está dirigindo alcoolizado tem que perder a carteira de habilitação, porque está pondo em risco a vida das pessoas. Hoje não temos condições de implantar um processo de fiscalização dessa natureza e por isso devemos minimizar o consumo próximo às rodovias. E com bom senso acho que dá para aperfeiçoar isso no próprio Congresso; devemos manter a medida provisória, aperfeiçoando a lei e não jogando a criança, com a água suja, fora.

Portanto, voto contra a matéria, porque temos que manter, na lógica central, a redução de mortes, porque senão o interesse econômico estará novamente subordinando a vida dos que estão morrendo nas estradas do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, essa moção traz um conteúdo para que possamos chamar a atenção das pessoas. É preciso que se faça alguma coisa para evitar tudo isso. Agora, com relação a essa medida provisória, como é que vamos criar uma lei para atender somente uma fatia e o resto não?

Hoje, a Polícia Rodoviária não está prestando o seu papel, mas sim cuidando dos estabelecimentos comerciais que vendem bebida. Então, é preciso que a Polícia retorne à sua função. E aí devemos criar uma lei nova para cassar a carteira de quem estiver dirigindo embriagado, mas não criar uma lei, que prejudica meio mundo, em benefício de alguns.

Portanto, votarei a favor, porque essa medida provisória não traz um amparo legal e realmente discrimina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

Com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, com relação a essa polêmica, realmente as idéias divergem. Portanto, é um processo muito complicado, mas trarei aqui, deputados Manoel Mota e Moacir Sopelsa, só um testemunho: há poucos dias, estive, às margens da BR-101, num restaurante que tem a aptidão de bem servir, com alta qualidade, mantendo nutricionistas profissionais para processar os alimentos, uma equipe de garçons altamente treinados, através do Senac e de outras escolas particulares, com um processo de higienização controlado. Portanto, o restaurante tem tudo aquilo que tem de ser oferecido ao ser humano. E lá chegaram cinco ônibus de São Paulo - eu estava lá e gosto de ver ônibus -, e o guia turístico se dirigiu até a recepcionista e perguntou se vendiam cerveja. Como ela respondeu que não serviam, ele não deixou os passageiros desembarcarem, e o ônibus se dirigiu ao Rudnick, em Araquari. Os cinco ônibus se dirigiram a Joinville para que, adentrando na cidade, os passageiros de São Paulo pudessem tomar a sua cervejinha...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional, de Brusque, solicitando informações sobre convênios financeiros firmados entre esta secretaria e a prefeitura de Botuverá. Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, tenho uma questão de ordem sobre o requerimento anterior. V.Exa. está colocando as matérias em votação, mas v.exa. não está contando os votos contrários, como aconteceu no requerimento anterior, quando nos manifestamos contra. Então, quero manifestar aqui, assim como também outros parlamentares querem, a votação contrária ao requerimento que foi votado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Que se conste em ata a votação contrária dos deputados Dirceu Dresch...

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Tanto na votação anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - E na votação anterior também. Que conste em ata a votação contrária dos deputados da bancada do PT.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Sr. presidente, quero perguntar ao líder do PP, ou a quem fez a indicação, até para tornar mais claro, qual é a razão básica desse pedido de informação sobre a secretaria Regional de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, a respeito da votação do requerimento anterior, eu quis me pronunciar, mas não tive oportunidade. Quero declarar aqui, com todas as minhas forças, com o meu amor à família, que sou radicalmente contra o requerimento recentemente aprovado. Portanto, o meu voto é contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Que conste em ata o voto contrário do deputado Narcizo Parisotto.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu fiz uma solicitação, mas me parece que não houve resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Serafim Venzon) - Não houve resposta!

Pedido de informação de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o concurso público e vagas para assistente social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Flávio Ragagnin, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações a respeito do custo mensal de manutenção das secretarias de Desenvolvimento Regional de Concórdia e Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações a respeito da auditoria interna da Epagri.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, queremos registrar que na noite de domingo, na Foz do Chapecó, tivemos alguns incidentes que provocaram violências, tumultos, diante de certa intransigência e falta de respeito a direitos de trabalhadores na construção da hidrelétrica Foz do Chapecó, com a destruição do alojamento de vários empregados da empresa.

Na volta do lazer de alguns funcionários, eles foram recebidos de forma violenta, por parte dos porteiros mantidos lá pela empresa, ao regressarem para seus alojamentos. E aí causou revolta por parte dos funcionários, havendo a destruição do alojamento. É claro que os funcionários, há vários meses, vêm reivindicando melhores salários, pagamento em dia, melhor cuidado do próprio alojamento por parte da empresa, que não possui estrutura nenhuma para abrigar os funcionários - e ela havia se comprometido a dar melhores condições de vida para eles.

Portanto, desde ontem os trabalhos da empresa estão parados, e não houve um entendimento, até o presente momento, entre os representantes dos trabalhadores e a empresa. Quer dizer, estão paralisados os trabalhos da Foz do Chapecó.

Faço questão também de realçar que muitos dos agricultores que foram expropriados de suas terras, cedendo espaço para a construção da hidrelétrica, até o presente momento não foram indenizados nas suas benfeitorias e na suas terras. Ou seja, temos duas situações muito idênticas: a dos agricultores que foram expropriados e que não receberam e agora a dos funcionários da empresa, também se contrapondo a uma política salarial indigna, que fere o direito dos trabalhadores que estão sem as mínimas condições para poderem continuar com o seu trabalho. Então, é uma situação que gera certa intranquilidade e angústia aos trabalhadores e ao mesmo tempo também aos agricultores, que foram expropriados de suas terras e que ainda estão na expectativa de poderem receber.

Além disso, trago presente à tribuna de hoje a luta das mulheres camponesas, agricultoras, urbanas, na pauta de reivindicação ao governo do estado de Santa Catarina. E, aliás, é uma pauta que as mulheres, em mobilização no ano passado, nesta mesma época, já haviam apresentado ao governo.

Na ocasião, tive a oportunidade de participar da audiência em que o governador Luiz Henrique da Silveira não recebeu o movimento das mulheres para receber a pauta e discuti-la. Alguns secretários a receberem, mas, infelizmente, a pauta apresentada naquele momento basicamente em nada foi atendida. E elas estão de volta, um ano depois, basicamente com a mesma pauta de reivindicações e com alguns pontos importantes para o movimento das mulheres, sejam elas urbanas, sejam elas da roça, seja qual for sua identidade, recolocando isso ao governo do estado. Até o presente momento, sua excelência, o governador do estado, não manifestou ainda se vai ou não receber a comissão das mulheres. E faço aqui um apelo à base do governo e aos nossos colegas parlamentares para que possam interferir junto ao governo do estado de Santa Catarina nesse sentido. Faço isso como liderança do PT, em nome do nosso movimento e da comissão que está nessa mobilização e que tem essa pauta de reivindicação, a fim de que se consiga marcar essa audiência, porque para as mulheres isso é extremamente importante.

Nós temos grandes assuntos em pauta, e são assuntos para os quais o governo não precisa de muito recurso. Bastam apenas algumas ações para que se possa atender a pauta de reivindicação.

Nobres pares, faço questão de trazer presente algumas dessas reivindicações para o conhecimento da sociedade catarinense. Uma se refere à infra-estrutura, para desenvolver a campanha de produção de alimentos saudáveis. Aliás, temos que parabenizar aqui o próprio movimento, tanto rural como urbano, que se preocupa com alimentos saudáveis que possam estar à mesa não só dos trabalhadores e trabalhadoras, mas de todos os seres humanos na sociedade catarinense e brasileira.

Gostaria de parabenizá-las pela iniciativa e por essa intenção de ter um alimento cada vez mais saudável à mesa de todos os seres.

O que eles estão reivindicando nesse ponto da questão da alimentação saudável? Reivindicam curso de capacitação técnica para mulheres. Nós temos a Epagri, a Cidasc, a agricultura, a educação, enfim, uma estrutura técnica, uma capacidade enorme no nosso estado de Santa Catarina que está aí à disposição para proporcionar às mulheres um curso de capacitação, de formação técnica, para que elas possam desenvolver a sua atividade com qualidade. Portanto, é uma reivindicação que está ao alcance, bastando apenas uma decisão política.

Além disso, dentro dessa mesma questão, existe a construção das cisternas, pois vivemos uma situação de estiagem novamente no grande oeste de Santa Catarina. E acho que isso está dentro do próprio programa do governo do estado. Não estão reivindicando nada de extraordinário, pois já está no próprio Orçamento do estado. Também existe uma série de outros pontos, que vamos retomar em outro momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente líder de Lages, deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para relatar a minha participação, e tem sido constante, representando a comissão do Mercosul e este Parlamento, nas questões do Mercosul.

Na última semana, na quinta-feira e na sexta-feira, acompanhado do coordenador do bloco brasileiro da União Parlamentar do Mercosul, Flávio Alves Monteiro, estivemos na Argentina, deputado Edison Andriano, discutindo a participação dos deputados estaduais ou regionais dos outros países na questão do Mercosul. Esse é um processo que já estamos - e o Flávio Monteiro tem acompanhado - há um bom tempo tentando, enquanto não se tem uma eleição do Parlamento do Mercosul: a participação das questões regionais e dos deputados dentro do Parlamento do Mercosul, que tem sede em Montevideo. Essa é uma luta de longo tempo, e nessa sexta-feira, deputado Edison Andriano - e v.ex.a. já fez parte da Comissão Parlamentar do Mercosul do Congresso Nacional -, tivemos um encontro com o senador José Pampuro, presidente do Senado Nacional da Argentina e do Parlamento do Mercosul, no qual avançamos, e bastante, a questão dessa participação nossa até 2010, quando haverá eleição exclusiva para o Parlamento do Mercosul. Na ocasião, tivemos um aval do presidente do Mercosul para a participação dos deputados regionais ou estaduais nesta questão. E agora no final deste mês estaremos em Montevideo discutindo ou apresentando os meios da nossa participação, visto que ficamos o deputado German Lopes, da Argentina, e o coordenador da UPM Brasileira - União Parlamentar do Mercosul -, do bloco brasileiro, Flávio Monteiro, encarregados de redigir o documento que nos dará essa tão importante participação na questão do Mercosul.

Quero comunicar aos nobres parlamentares que fui eleito vice-presidente da UPM, composta por seis países: Chile, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Nessa eleição, a Presidência ficou com o deputado Osvaldo Mercuri, da Argentina. E também, deputado Pedro Uzcay, fomos convidados por uma comissão da União Parlamentar do Mercosul para acompanhar em abril as eleições gerais que acontecerão no país vizinho, o Paraguai.

Acho que foi uma conquista dos deputados regionais; por isso, merece ser registrada aqui no plenário desta Casa.

Ficou também acertado um encontro envolvendo os deputados regionais da Argentina com os deputados catarinenses, na Província de Misiones, em Pousadas, para discutirmos o restante daquela rodovia, que será o primeiro corredor rodoviário ligando o Atlântico e o Pacífico. São aqueles 40 quilômetros que restarão, depois da obra concluída pelo presidente Lula, na BR-282, do Peperiguaçu a São Pedro, na Província de Misiones. Obra esta que o presidente da República, Lula, já sinalizou que poderá ajudar na conclusão, e nós poderemos alcançar o Pacífico. Porque o grande objetivo da UPM é a conquista do Pacífico. Se estudarmos o mapa do mundo e a economia, vamos ver que o grande mercado que precisamos alcançar é o continente Asiático, porque produzimos comida e lá poderemos chegar competitivos, com 1/3 da viagem usando os portos do Pacífico.

Quero registrar este momento importante para nós, que participamos junto com o Flávio Monteiro, que é o nosso coordenador, desse encontro dos deputados estaduais. E iremos convidar os deputados para participarem desse outro encontro que acontecerá em Misiones, no início de abril.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. com esse entusiasmo e dinamismo ainda acabará sendo deputado do Mercosul, pela sua participação efetiva nesse grupo de trabalho. Mas quero dizer a esta Casa que participei durante dez anos da comissão do Mercosul. E essa discussão em nível nacional ou de Congresso se dá mais no campo institucional. Acho que esta Casa pode fazer um bom trabalho no campo prático, pela proximidade física que temos com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai, de preferência pegando as questões culturais ligadas à música, às artes plásticas e esportivas. Acho que podemos fazer um bom trabalho nesta Casa.

Quero comunicar a v.exa. que estive em Brasília na comissão do Mercosul, e estamos marcando aqui, com o nosso grupo de trabalho, uma reunião conjunta com a comissão do Mercosul de Brasília, para tomarmos conhecimento do que está acontecendo lá e também para eles nos ajudarem no sentido de fazermos um trabalho mais prático do que faz o Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre deputado, é sobre as duas questões que v.exa. trouxe a esta tribuna hoje.

Quero parabenizá-lo por essa preocupação com a integração latino-americana, buscando projetos de integração que venham desenvolver social, econômica e culturalmente os povos daqui.

Agora vou falar em democracia e sobre a eleição no Paraguai, no dia 20 de abril. É fundamental que o Parlamento catarinense, que preza pela democracia, acompanhe as eleições no Paraguai, para que ocorram de forma democrática, com lisura e transparência, porque a Oposição no Paraguai levanta grandes possibilidades e indícios de fraudes eleitorais, para impedir qualquer possibilidade de vitória político-eleitoral da Oposição naquele país. Então, acho que este Parlamento pode dar a sua contribuição, e as representações do Parlasul poderão acompanhar as eleições presidenciais do Paraguai.

A segunda questão que quero colocar é que eu, o deputado Dirceu Dresch e outros parlamentares participamos na semana passada, em Chapecó, de um debate sobre a integração bioceânica, não só sobre a questão da rodovia, mas fizemos um grande debate sobre a integração ferroviária, pensando em toda essa ligação não só bioceânica, mas também na integração entre os estados do sul do país com o Mato Grosso e com o litoral. Ai, sim, vamos pensar objetivamente a integração latino-americana econômica, social e culturalmente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte dos nobres colegas deputados.

Voltarei a esse assunto, pois é uma questão que tenho estudado e acho que não é só o lado comercial, existe também o lado cultural. Mas o prático, o mais próximo neste momento, é o tema rodoviário. Num segundo momento será o ferroviário. É uma questão de praticidade e de termos as coisas mais práticas e menos teóricas na questão da conquista do Pacífico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, desejo cumprimentar a vereadora Terezinha Wisnivski, de Mafra, bem como o vice-prefeito, que diuturnamente tem-se empenhado aqui na capital, em Mafra e em todos os lugares, buscando recursos para melhorar aquela região.

Também quero cumprimentar o presidente do PSDB, de Rio Negrinho, Sílvio Armando Brigoni, que também tem-se empenhado muito não só para desenvolver o nosso partido, mas para contribuir com outras lideranças partidárias, com todo o planalto norte de Santa Catarina.

Deputado Antônio Aguiar, há duas semanas v.exa. apresentou na Casa um projeto de lei indicando Campo Alegre como a Capital Catarinense da Ovelha. E nos dias 14, 15 e 16 deste mês ocorrerá a 10ª Festa da Ovelha, em Campo Alegre. Naturalmente, num momento como este é que aparecem as lideranças políticas e sociais, ou seja, em uma festa como essa se pode mostrar realmente como é o município. E Campo Alegre é uma região extremamente bonita, justamente pelo seu relevo, pelos seus pinheiros e pela natureza que temos lá. Nos dias 14, 15 e 16 acontecerá a 10ª Festa Nacional da Ovelha, quando será uma grande oportunidade, então, para todos conhecermos melhor Campo Alegre e sua gente. Por isso, quero, através deste plenário, e juntamente com v.exa., convidar o povo catarinense e paranaense, porque Campo Alegre faz divisa com o Paraná, para esse evento.

Hoje quero me ater a um assunto que foi motivo de algumas indicações aqui no plenário e que tenho ouvido todas as semanas um ou outro parlamentar reivindicar para a sua região. É o deputado Darci de Matos, que pede para a sua região de Lages; é o deputado Dirceu Dresch, que pede para os municípios da sua grande região, enfim, cada um de nós vem aqui, no plenário, e apresenta indicações para a instalação de telefones fixo ou celular. E até agora não sei de nenhuma indicação que tenha sido atendida. É desafio algum deputado, que tenha sido atendido, que use a tribuna para dizer, até para modificar aqui o teor do meu discurso.

Vejam só! Hoje se deixou o serviço de implantação do telefone para as telefônicas. Acontece que instalar de quatro a cinco quilômetros de linha telefônica, de telefone fixo, é economicamente inviável para a empresa telefônica. Ela prefere colocar dentro da cidade, onde um ponto atende um prédio com 40 apartamentos, enquanto o telefone fixo no interior, ou nos arredores das cidades, precisa de quatro ou cinco quilômetros para atender oito ou dez famílias.

Então, compreendo a posição da telefônica, que não quer instalar o telefone porque é economicamente inviável, mas essas famílias vão ficando cada vez mais marginalizadas. Eu ia apresentar uma sugestão para buscarmos uma linha de estímulo ou uma linha de financiamento para que, através das prefeituras, possamos fazer chegar telefones no interior.

Srs. deputados, o interior é o melhor lugar que existe para morar. Eu nasci lá. Nasci onde o rio nasce, deputado. É bonito, mas é difícil ganhar a vida, porque não tem estrada, pois tem pouca gente morando lá e não vale a pena fazer muita estrada onde tem pouca gente morando. Por que não tem escola? Porque não dá para fazer escola onde só existem 30 famílias. Por que não tem telefone? Porque tem que andar dez quilômetros pelo mato e colocar o telefone para atender 30 ou 40 famílias. Não tem água encanada, porque não dá para colocar uma estação de tratamento de água para 30 ou 40 famílias. E vai por aí afora. E o que acontece? É melhor ir morar na favela, na cidade, porque tem telefone celular, tem telefone fixo, tem água. Só não tem moradia. Mas existem pessoas perto até para pedir.

Então, temos que valorizar o nosso homem do interior, segurar o homem no campo, porque ele vê pela televisão tudo o que existe no mundo, mas ele não poder ter lá. Ora, se ele não pode ter o telefone, a estrada, a escola, se o médico vai lá uma vez por semana, tudo isso faz com que as pessoas afastem-se do interior e da periferia das cidades e tendam a ocupar as favelas em áreas mais concentradas.

Por isso, quero apresentar aqui um projeto, para discutir junto com os deputados desta Casa, para encontrarmos uma maneira que estimule ou financie as prefeituras a instalarem telefone também, assim como quando instalam água, arrumam a rua e colocam serviços urbanos nas ruas. Eu imagino que se colocarmos a linha telefônica, vai haver alguma empresa de telefonia que se interessará em fazer a ligação para manter os telefones funcionando.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. por esse tema que traz à tribuna, pois talvez este seja um dos maiores debates do nosso país, ou seja, como a população pobre e a população distante dos grandes centros urbanos podem ter acesso aos direitos básicos. Esse foi o grande tema do segundo turno das eleições: o estado mínimo e o estado máximo.

Parabenizo v.exa. por trazer esse tema, eis que entendo que seja necessário construir políticas públicas de estado para atender as pessoas que moram mais distante, porque elas não têm culpa de morar longe. O bom exemplo é o Programa Luz para Todos, construído pelo nosso governo federal em parceria com os estados, para levar energia elétrica, por exemplo, até três, quatro quilômetros de distância, onde uma família que mora sozinha, isolada, não tinha direito de ter energia.

Então, o estado tem que fazer, sim, esse papel. As comunidades mais ricas, mais desenvolvidas, têm que ajudar, através de política pública de estado, para que essas pessoas tenham esse acesso. Infelizmente, as empresas privadas só olham para os lucros e não para a questão social. E essa é a grande questão do desmonte do estado público brasileiro que sempre criticamos; por isso, entendemos que é fundamental o estado ter esse tipo de política.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

V.Exa. se referiu à questão da energia elétrica, pois levar energia elétrica para o interior também não é economicamente viável, mas vem se fazendo. Graças a Deus já há sete mandatos, oito mandatos de governo, todos os governos que eu lembro de 20 anos ou 30 anos para cá têm algum projeto para instalar o serviço de energia elétrica. E vamos ter que agir de uma forma semelhante para levar outros benefícios que caberia à iniciativa privada explorar, mas que não é viável para essa iniciativa, digamos, implantar o serviço, como é o caso da telefonia.

Por isso, conto com a participação dos srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, eminente deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, venho a esta tribuna falar no grande encontro ocorrido sexta-feira, à noite, em Chapecó, um encontro histórico, que discutiu uma questão estratégica do nosso estado, do nosso país, a volta do debate da construção das ferrovias, do transporte ferroviário.

Hoje, abrindo os jornais, da imprensa estadual, vi um fato que nos preocupa, para o qual quero chamar a atenção das deputadas, dos deputados, pois é um assunto muito sério, ou seja, o desvio de R\$ 6.5 milhões na Epagri. Isso é muito grave, o que vem acontecendo nessa empresa. E pior: a comissão de sindicância apurou que três servidores da área administrativa participaram de contratações, de um esquema montado dentro da empresa. E a pergunta é a seguinte: esses três funcionários são cargos de confiança indicados, que tem responsabilidade política dentro da empresa?

É preciso uma punição muito grande, e a sociedade catarinense, este Parlamento, têm que exigir uma apuração muito concreta e saber para onde foi esse dinheiro, esse recurso público de Santa Catarina, de uma empresa importante como a Epagri, que vem cumprindo um papel importante em nosso estado. Então, essa é uma questão preocupante que nos próximos dias certamente voltaremos a discutir. E estamos também esperando, como o conjunto da sociedade catarinense, uma resposta à altura, desta Casa, do que vem ocorrendo nessa empresa, para futuramente não termos maiores problemas. Precisamos ter a prestação do que se faz com o dinheiro público.

Sr. presidente, no encontro realizado na sexta-feira à noite, ocasião em que estiveram presentes vários deputados federais e estaduais, como os deputados Pedro Uczai, que está aqui, e Gelson Merísio - acho que estavam presentes uns três deputados estaduais -, foi feito um grande debate sobre a ligação ferroviária do estado do Mato Grosso do Sul ao oeste de Santa Catarina. A construção de ferrovias é uma obra que talvez olhando para os custos imediatos traga custos altos. As nesse debate ficou muito claro, deputado Décio Góes, que o Brasil ou se prepara e investe na estratégia de futuro do nosso desenvolvimento e na diminuição do custo da nossa produção, seja industrial, seja primária, ou terá que diminuir o custo dos transportes. Estamos aí com muitos problemas nas nossas rodovias, com excesso de carros, de caminhões, e com o investimento em ferrovias, em transporte, a redução do custo dos nossos produtos é estratégica.

Isso já acontece no Paraná, onde a Ferroeste já tem 248 quilômetros de ferrovias construídas. Temos no parque mais de 440 quilômetros de trilhos, e está-se trabalhando aqui um projeto buscando-se o financiamento do BNDES para fazer o levantamento, o custo e o projeto de ligação com o oeste de Santa Catarina.

De fato foi um grande evento, com uma representação extraordinária, com a articulação do presidente da Ferroeste, do estado do Paraná. Mas se tem dito por aí, deputado Serafim Venzon, que é contraditória a ligação de Mato Grosso com o oeste catarinense e a ligação da nossa ferrovia do frango com o oeste/litoral, mas não é. O entendimento da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos nossos deputados estaduais e federais é muito claro: os projetos não são contraditórios, mas se complementam. Por quê? De um lado vamos trazer os nossos insumos, principalmente o milho e a soja, pois são mais de cinco milhões de toneladas por ano que importamos dessas regiões produtoras, e para o litoral teríamos uma ferrovia trazendo os nossos produtos que têm valor agregado para os nossos portos de Itajaí, de São Francisco do Sul, do litoral, eis que futuramente teremos todos os nossos portos ligados por ferrovia.

É com certeza um projeto de futuro. Felizmente, conseguimos com o relator do PPA de Santa Catarina, deputado Cláudio Vignatti, com o esforço das nossas bancadas, incluir no PPA o projeto da nossa ferrovia do frango. Então, o nosso estado está dando um exemplo de organização em nossas bancadas, com nossas lideranças, por pensar no futuro, nos investimentos. E como dizia o deputado Pedro Uczai, Santa Catarina tem recebido um investimento extraordinário. Isso se deve às nossas lideranças, como a senadora Ideli Salvatti, aos nossos deputados, sempre empenhados no debate do Orçamento, aos nossos deputados federais Cláudio Vignatti e Carlito Merss, que tiveram participação ativa nas reuniões da comissão do Orçamento.

Aqui se tem pensado em grandes projetos, como a duplicação da BR-282, em diversos trechos onde temos problemas com o excesso de carros e caminhões. Então, saímos bastante animados desse encontro e com o compromisso de trazer-mos esse debate para esta Casa, eis que a Assembléia Legislativa deve também participar.

V.Exa., deputado Elizeu Mattos, falou também sobre a questão da ligação com as BRs, o que é importantíssimo. Estamos numa luta pelo término da BR-282, ligando Argentina até São Pedro. Mas a ferrovia, com certeza, é o grande sonho de muita gente, de muitas lideranças, que vêm sonhando com isso há muitos anos. E o governo federal tem dado uma perspectiva de que se possa voltar a pensar na construção das ferrovias ou na manutenção do que já existe e foi destruído. Por exemplo, a nossa ferrovia que passa por Joaçaba, Herval d'Oeste, ligando o Rio Grande do Sul, indo até Curitiba.

Então, há muita coisa abandonada que poderia servir, deputado Flávio Ragagnin, ao nosso oeste, à nossa produção agrícola, chegando mais barato. O consumidor vai pagando essa conta altíssima do transporte, e o próprio agricultor acaba recebendo menos pelo seu produto, porque a cadeia do transporte termina levando a grande fatia do custo final de nossos produtos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Dirceu Dresch, essa sua discussão é muito importante que aconteça, justamente porque se traz a esta Casa aquilo que se almeja e ser quer para Santa Catarina.

A região oeste de Santa Catarina, e v.exa. conhece melhor do que eu, tem um potencial enorme em produção de carne suína e de aves. No entanto, o relevo não é muito favorável ao plantio de grandes extensões de soja ou de milho, como acontece em Mato Grosso. Então, essa rodovia que v.exa. destaca aqui, que faz a ligação de Mato Grosso com o oeste de Santa Catarina, irá justamente favorecer o intercâmbio, a chegada do alimento por um preço melhor para a região oeste de Santa Catarina, que tem um clima mais favorável para a criação de frangos, de suínos, que tem uma cultura das pessoas que trabalham com isso, e o relevo é, digamos, desfavorável a grandes plantações, a grandes extensões para a produção desses alimentos.

Por isso a discussão é muito pertinente, e todos nós precisamos lutar para que isso aconteça.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado.

Então, estamos aí nessa grande luta, nesse grande trabalho. A perspectiva é muito importante no investimento para o crescimento do nosso país, mesmo sem CPMF, infelizmente, porque poderíamos investir mais ainda no desenvolvimento de nosso país, na infra-estrutura, na saúde e na educação. Mas mesmo assim o país vai se preparando e entrando, cada vez mais, num grande momento de desenvolvimento e crescimento, com geração de emprego e renda e também com uma melhor distribuição, que é importante para a nossa população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, servidores públicos que nos assistem, neste momento temos acompanhado e temos falado aqui, ao longo do ano passado e já no começo deste ano, sobre as grandes dificuldades que tem vivido o serviço público em nosso estado nesse período. A única boa notícia que tivemos do governo neste terceiro mês de 2008 foram as 700 vagas para soldado no concurso para a Polícia Militar e 900 vagas para a Polícia Civil. No mais, tem sido quase tudo desenganos, tristezas e frustrações para os servidores públicos. O magistério estadual fez diversas assembleias regionais, nas últimas semanas, e amanhã fará uma assembleia estadual, certamente com milhares de pessoas na capital; o Sintesc também fará assembleia, com o movimento dos servidores públicos desses setores.

Os professores lutam pela incorporação do abono, e o governo quer dar apenas outro abono piorado, separando de vez os servidores ativos dos aposentados, em seu prejuízo, assim como daqueles que adoecem. Mas esse é um debate que precisamos aprofundar, porque está na lógica inclusive do Iprev.

Na Segurança Pública estamos esperando há mais de um ano que o governo efetivamente negocie o cumprimento da parte que falta pagar da Lei n. 254. O plano de carreira, com dois cursos pequenos, no ano passado, continua parado. A perspectiva de novos cursos para o mês de março deste ano parece-me que foi congelada. Existe uma série de outras questões pontuais, muitas delas não custam nenhum recurso financeiro, algumas inclusive economizam dinheiro, mas mesmo assim continua parado. Mas permaneceremos esperando que seja feita a negociação.

Agora, na semana das mulheres, o movimento de mulheres camponesas e vários outros movimentos sociais, urbanos e rurais vão fazer mais uma vez uma grande manifestação esta semana, com milhares de pessoas. Mas não temos garantia de que o governador as receberá, assim como não as recebeu em março do ano passado. E acompanhamos, no dia 8 de março, milhares de mulheres aqui na capital, que não foram recebidas pelo governo. E ficamos pensando: o que está acontecendo?

Em 2003, houve uma manifestação de agricultores aqui, na frente do palácio, quando ele ainda era aqui. Todos estavam esperando o governador Luiz Henrique chegar pela frente do palácio e abrir a porta para recebê-los, mas ele foi no meio dos agricultores e abraçou todo mundo, cumprimentando e convidando-os para entrarem e tomarem café.

O que mudou neste novo governo para que o governador não pudesse conversar com milhares de pessoas, com milhares de servidores públicos?

Mas o tema de hoje é saúde, que também vai muito mal no nosso estado. Ontem, foi realizada uma manifestação por diversas associações de moradores, movimento popular e sindical, num alerta contra a precariedade especificamente do Hospital Florianópolis. E eles elaboraram um manifesto que passo a ler:

(Passa a ler.)

**"MANIFESTO DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS
ALERTA CONTRA A PRECARIIDADE DO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS**

'PARA QUE SE RESTABELEÇA O ATENDIMENTO DE QUALIDADE DO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS A POPULAÇÃO, EXIGIMOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA A ADMISSÃO IMEDIATA DO NÚMERO NECESSÁRIO DE MÉDICOS CLÍNICOS, ENFERMEIROS E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, A REATIVAÇÃO COMPLETA DO LABORATÓRIO, ALÉM DA ADEQUAÇÃO FÍSICA E DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS'.

A população de todas as comunidades da região continental do município de Florianópolis, bem como a da maioria dos municípios próximos, entre os quais as de São José, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, entre outros, vem acompanhando, nos últimos anos, a degradação do Hospital Florianópolis.

Por suas características de atendimento regional, o Hospital Florianópolis precisa de adequações imediatas, tanto nas suas instalações físicas quanto nos equipamentos, laboratórios, medicamentos, recursos humanos especializados, entre outros.

É impossível oferecer atendimento com qualidade à população nas precárias condições em que o hospital se encontra. Inúmeros documentos já foram encaminhados às autoridades competentes - governador do estado, Ministério Público, secretaria estadual da Saúde - pelas associações de moradores, pelos conselhos comunitários e pelos médicos do Hospital Florianópolis, relatando a situação e justificando as demandas com fatos e dados concretos, facilmente comprováveis mediante uma simples visita no local.

O art. 196 da Constituição Federal claramente estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidos através das Leis Orgânicas da Saúde - LOAS e de políticas econômicas e sociais. Vida com saúde para a maioria da população só é possível quando o Estado cumpre o seu dever, mas o que vimos presenciando e vivenciando no atendimento aos pacientes da emergência do Hospital Florianópolis é um total descaso e desrespeito à vida e à dignidade humana.

Os médicos estão trabalhando em regime degradante e desumano. A portaria 2.048/2002, do Ministério da Saúde, regulamenta a estrutura necessária para os procedimentos médicos nas emergências, de acordo com o índice populacional, entre outros, e isso não vem sendo cumprido. A pior crise de falta de médicos naquela emergência teve início em julho de 2007, com a determinação do Ministério Público de que fossem demitidos todos os profissionais que prestavam serviço sem concurso público. E isso foi feito da noite para o dia, sem a devida e imediata admissão de pessoal para preenchimento das vagas abertas. Não é possível manter-se uma situação que beira a irresponsabilidade e, por que não dizer, um crime! De lá para cá (quase um ano) o quadro não mudou, ou seja, os médicos concursados não assumem seus postos e as vagas continuam em aberto. Embora sejam necessários dez médicos clínicos na emergência, UM ÚNICO MÉDICO NO PLANTÃO NOTURNO É OBRIGADO A ATENDER SOZINHO OS PACIENTES QUE CHEGAM, MAIS OS PACIENTES INTERNADOS, PACIENTES TRAZIDOS PELO SAMU, HELP, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, POSTOS DE

SAÚDE E OUTROS. ESSA SITUAÇÃO NÃO PODE CONTINUAR, OS MÉDICOS ESTÃO ESTRESSADOS E DOENTES, MAS NEM PODEM SE AFASTAR, POIS, AÍ, QUEM IRIA NOS ATENDER? A POPULAÇÃO VEM, COM ESTE MANIFESTO, EXIGIR, COMO PRIMEIRA MEDIDA, QUE O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SR. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, DETERMINE A IMEDIATA CONTRATAÇÃO DE DEZ MÉDICOS, MESMO QUE EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ATÉ QUE OS CONCURSADOS ASSUMAM EFETIVAMENTE SEUS POSTOS DE TRABALHO, PARA QUE A LEI SEJA CUMPRIDA E A POPULAÇÃO TENHA O ATENDIMENTO DE QUALIDADE QUE MERECE!

Florianópolis, 03 de Março de 2008

Signatários: Associação dos Moradores do Estreito- AME; Associação Moradores da Ponta do Leal; CARMOCRIS; Associação Moradores da Colônia; Associação Moradores do Monte Cristo; Associação Moradores Nova Esperança; Associação Moradores Vila Aparecida; Associação Moradores Sta. Terezinha II; Associação Moradores Chico Mendes; Associação Comunitária Promorar; APP Colégio E. Jairo Callado; Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA; Associação Moradores Sta. Terezinha I; União Florianopolitana das Entidades Comunitárias - UFECO; Sindicato dos Trabalhadores da Saúde; Sindprevs; Aprasc." [sic]

A realidade do Hospital Florianópolis é aquilo que tem acontecido no estado, nos últimos anos. Vai precarizando, vai sucateando, para depois justificar a privatização que já começou também no Hospital Florianópolis.

Isso é um absurdo! É preciso que o poder público cumpra a sua obrigação de prestar os serviços necessários e básicos à população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados aqui presentes, gostaria de dizer que amanhã nós teremos, no Supremo Tribunal Federal, uma das votações que pode ser considerada histórica. Trata-se da questão da possibilidade de o Brasil pesquisar a questão genética através da clonagem, através da questão do embrião.

Eu queria dizer que a Lei de Biossegurança n. 1.105, aprovada por 96% dos srs. senadores e 85% dos srs. deputados federais, é uma lei que passou a ser questionada pela Procuradoria-Geral da União, através do sr. Cláudio Fontelles, que regula que a pesquisa com célula tronco na questão embrionária não seja autorizada entre 2005 até 2008. Isso significa um atraso da ciência, significa até um preconceito religioso, que precisa ser vencido. E por que estou falando disso? É querer tutelar o estado onde uma decisão foi aprovada no Congresso Nacional por 96% dos srs. senadores e 85% dos srs. deputados federais.

Atrasou toda a pesquisa. Além disso, depois de vitoriosa no Supremo Tribunal Federal, temos que vencer a burocracia para continuar essa pesquisa com todos esses elementos, que demora três, quatro, cinco meses, enquanto nos países em desenvolvimento e desenvolvidos se trata de 24 horas ou 48 horas.

Eu falo isso como físico, que é a nossa formação. Tudo começou quando Mendel estudou a ervilha e vendo as combinações dos grãos viu que havia uma seqüência de genética, e assim foi criada a biotecnologia. Essa seqüência genética... Em 1953, dois físicos, Thomas Watson e Francis Crick, descobriram que no interior da célula de todos os seres vivos havia uma seqüência natural, que era o DNA - ácido desoxirribonucléico, que é a marca de todo ser vivo, e é única, desde uma bactéria, passando por animais até o ser humano. É única, é a marca. Por isso que se pede o DNA, pois é a origem de tudo que lá está. É uma hélice dupla, de forma atravessada, que contém as letras "A", "G", "C" e "T", que a constitui, e a combinação delas forma os genes que podem ser utilizados para terapia. Através da modificação de um desses genes de uma bactéria, obtivemos a insulina, que ajuda muito na medicina, e o hormônio do crescimento foi também uma modificação.

Então, o que se está formando hoje na medicina mundialmente? A terapia através dos genes, que constitui a unidade do gene, o genoma. O ser humano tem mais de três bilhões de combinações das letras "A", "G", "C" e "T", dentro dessa hélice dupla. São mais de três bilhões de combinações que foram decodificadas do genoma humano, através da informática, em 2003. Hoje, estamos estudando parte dessa decodificação para apresentar a terapia genética na cura e na prevenção de muitas doenças.

Por isso, sabemos que a clonagem ou as chamadas células-tronco embrionárias... Por que tem que ser do embrião? Primeiro quero explicar o que é o embrião *in vitro*, que é isso que a lei prevê. *In vitro* não passa pelo útero humano ou animal, em hipótese alguma, ou em qualquer sentido, mas é *in vitro* que o espermatozóide com o óvulo começam a criar os embriões, que são guardados em geladeiras especiais, congelados, para que possam originar vida para aqueles casais que procuram a fertilização *in vitro* para terem filhos.

Esses embriões foram acumulando-se. Existem clínicas que possuem embriões guardados há 18, 20 anos, e a lei de biossegurança previa, com a autorização dos pais, do casal, a utilização de embriões com mais três anos, que estivessem guardados *in vitro* naquelas clínicas, para poder formar uma célula-tronco, que produz, através das células de replicagem, células neuromusculares, que podem ser utilizadas na questão dos tetraplégicos, paraplélicos e para o estudo de doenças do coração, porque produzem células daquele órgão.

Diferentemente, as células-tronco de adulto, que são retiradas da pele, produzem tecido ósseo, gordura e cartilagem, foram usadas, por exemplo, na clonagem da "Dolly", história que todos conhecem, a ovelha, quando foi utilizada a célula adulta para duplicar. Então, vejamos que nós nos interessamos. A ciência precisa da célula-tronco embrionária e também da célula-tronco adulta, que já está sendo usada.

Mas vejam bem, não se pode considerar - e essa é a grande discussão, companheiro Pedro Uczai, v.exa. que estudou, que é filósofo -, e muitos não consideram, vida no feto até os 14 dias. Por quê? Porque não se formaram as células nervosas naquele embrião. Nós consideramos que uma pessoa morre quando o seu sistema nervoso paralisa, nessa situação ele é considerado clinicamente morto. Muitos cientistas e religiosos consideram que até o 14º dia o embrião ainda não é um ser humano, porque não tem o sistema nervoso constituído.

Mas essas células-tronco que estão *in vitro*, que estão guardadas além dos três anos, são todas células de três ou quatro dias. Repito: só poderão ser usadas para pesquisas, para formar esses tecidos, formar esse organismo novo para corrigir as doenças que as pessoas sofrem, se houver autorização do casal.

Outros países estão pesquisando, o presidente Bush, que é atrasado na sua concepção, apenas não deu dinheiro público para as pesquisas das células-tronco, seja embrionária ou adulta. Mas os outros países estão pesquisando, estão avançando, e o Brasil, que já foi considerado por muitos setores avançado nesse setor de pesquisa, está há três anos parado.

Então, amanhã será dada a decisão do Supremo Tribunal Federal, que deverá, por questão histórica, fazer justiça mais uma vez contra preconceitos, seja de ordem religiosa ou não, contra a ciência, que tem essa concepção, porque quem tem um filho paraplélico ou doente que depende de uma terapia genética, se souber que há tratamento no exterior, ele vai fazer todo o esforço para chegar lá. Nós temos que ter aqui, no nosso Sistema Único de Saúde, a disponibilidade dessa tecnologia e desse tratamento, que é a terapia genética.

Falo isso, porque a nossa grande paixão é saber que a Física, na parte da Biologia, está fazendo grandes avanços. Como já falei, quem descobriu o DNA, na sua estrutura, foram os físicos. Hoje, fala-se muito na nanofísica, porque é possível construir instrumentos que os futuros médicos vão utilizar, que não são vistos a olho nu e que irão trabalhar a questão genética da combinação da hélice dupla dos gens, para fazer terapia e curar doenças que a pessoa poderá adquirir através da genética, do seu mapa genético, com esse estudo do genoma, que irão ocorrer daqui a 20 anos ou 30 anos. Então, vejamos que a ciência e a medicina, juntas, poderão oferecer ao ser humano qualidade de vida.

Diziam que a vacina veio contra a ordem natural e a insulina também, mas foi isso que permitiu, hoje, ao ser humano uma qualidade de vida e o prolongamento da sua idade para em média 60 anos ou 70 anos. Graças a esse avanço, a Medicina pôde prolongar a vida humana, mesmo sendo contra a natureza, como muitos diziam. Depois, com o tempo, foi provado, e queremos uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, só quero fazer um comentário sobre o pronunciamento do deputado Professor Grandó, professor, físico: parabéns pelo conhecimento e pela posição.

Eu também tenho simpatia pela necessidade de investimento em ciência, em tecnologia e em instrumentos que possam dar resposta a infinidades de doenças, embora para mim a ciência não seja neutra como qualquer outra área do conhecimento. A ciência pode servir para gerar vida, para melhorar as condições de vida do povo, assim como a ciência pode também servir como instrumento de denominação, como foi a experiência nazista na Alemanha.

Srs. deputados, volto a esta tribuna para dar continuidade a um tema que o deputado Dirceu Dresch trouxe, o acontecimento de que participamos em Chapecó, na sexta-feira, que reuniu deputados, empresários e a Associação Comercial e Industrial, que promoveu esse encontro que teve a participação de prefeitos e vereadores do Mato Grosso do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

Por que trago esse assunto ao debate? Por causa de suas seqüências. Não acredito no futuro da América Latina integrada social, cultural e economicamente, se não tivermos uma mobilidade social compatível com as condições dos povos. A rodovia é, sim, importante na integração, mas a ferrovia é importante, fundamental e estratégica não só economicamente no transporte de carga, como também no transporte de passageiros, no direito de se integrar cultural e socialmente, inclusive no direito ao lazer para os povos latino-americanos.

O sonho da pátria grande da América Latina é o trabalho na idéia da integração não mais com a diferenciação de bitola, por uma questão geopolítica e militar do século XIX, mas a constituição da integração dos países da América Latina.

Em segundo lugar, nesse debate que aconteceu na sexta-feira, deputado Sargento Amauri Soares, a grande novidade foi a Ferroeste, empresa paranaense constituída no primeiro governo de Requião, que construiu um trecho ferroviário de 245 quilômetros, com dinheiro do estado do Paraná. É uma estatal que no governo Lerner foi privatizada, e a empresa que ganhou não investiu, pelo contrário, dilapidou a ferrovia. Ganhou, sucateou e abandonou.

Quando Requião assumiu novamente o governo, reestatizou a Ferroeste, deu condições de funcionamento no trecho de Cascavel a Guarapuava de duzentos e poucos quilômetros e retomou um projeto estratégico de integração ferroviária do Paraná, com Curitiba/Paranaguá e do Paraná com o Mato Grosso do Sul, um grande fornecedor de insumos para as grandes agroindústrias não só do oeste do Paraná, que define como estratégia a integração com o oeste de Santa Catarina.

Por isso, uma empresa estatal com menor custo de transporte poderá promover essa proposta e construir o que estou chamando não mais de Ferroeste, mas a partir de sexta-feira de Ferrovia da Integração. Integração do Mato Grosso do Sul com o Paraná e Santa Catarina e a integração dessas regiões com o Paraguai, a Argentina e o Chile, para fazer a ligação bioceânica e a ligação de integração do oeste de Santa Catarina com o porto de São Francisco do Sul e Itajaí, para além do porto de Paranaguá.

Por isso, o debate é importante. Propus, em Chapecó, a criação de uma frente parlamentar do Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, para criar um fórum pela defesa de uma ferrovia pública, estatal e com controle público, para a viabilização da integração cultural, social e econômica, porque todos sabem que o transporte de passageiros precisa de investimento público, inclusive de subsídio público, para viabilizar essa integração.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, agradeço o aparte, que era para ter sido dado no pronunciamento do deputado Elizeu Mattos, mas não tivemos tempo.

No Equador, tivemos a oportunidade de discutir essa questão, porque além do corredor bioceânico aqui no sul, na divisa de Santa Catarina com a Argentina, existe também uma proposta desse mesmo corredor no norte do país, na divisa da Amazônia com a Bolívia e o Equador, para chegar também ao oceano Pacífico.

É evidente que todo progresso é bem-vindo, desde que traga progresso para as relações humanas da sociedade. Existe muita preocupação tanto da parte deles quanto da nossa de que essas integrações sejam meramente econômicas e a serviço dos monopólios que exploram os nossos trabalhadores e o nosso meio ambiente, no caso específico do norte. E esse corredor será uma forma de degradar mais rápido a Amazônia.

Estamos solidários com a integração dos povos latino-americanos. Que ela possa ser cultural, social, econômica, política, mas que tenha o perfil da soberania popular da nossa América, não segundo os interesses dos monopólios privados, quase todos monopólios privados de países ricos, países imperialistas, países exploradores.

Então, é esse debate que precisamos fazer. Estou plenamente de acordo com a posição de v.exa. e coloco-me, desde já, à disposição para contribuir com esse debate.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu vou concluir mais rapidamente o meu pronunciamento para que outros parlamentares que estão inscritos possam fazer uso da tribuna.

Vamos fazer esse movimento, vamos para Curitiba conversar com os deputados estaduais, não só aqueles que participaram do evento em Chapecó, mas os demais que têm interesse e já se manifestaram, como os do Mato Grosso do Sul, e junto com os deputados federais e com outros setores da sociedade construirmos um bom movimento, até porque o governo

do presidente Lula tem priorizado investimentos em programas sociais, em energia e em infraestrutura e as ferrovias têm sido também uma prioridade do governo, que com certeza será parceiro de mais esse projeto estratégico para definir o futuro da integração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero, em primeiro lugar, agradecer as manifestações que recebi, inclusive, do sr. presidente, relativas ao meu aniversário, comemorado no último sábado. Quero, inclusive, agradecer a todos os amigos, ao pessoal do meu gabinete, aos meus familiares, enfim, a todos os que prepararam uma grande festa em Criciúma, onde estiveram mais de mil pessoas. Então, deixo aqui o meu agradecimento muito sincero e emocionado.

Gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados, que na manhã de ontem, segunda-feira, na cidade de Laguna, houve uma audiência pública da comissão de Turismo e Meio Ambiente, quando fizemos um debate sobre o turismo da região sul do estado, tanto do litoral quanto do planalto. À tarde, a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, com a presença dos deputados Reno Caramori e Manoel Mota, fez um debate sobre a infra-estrutura no sul do estado. A idéia é manter vivo na agenda do sul o assunto de turismo e a infra-estrutura que são necessários para o desenvolvimento sulcatarinense, aproveitando este momento esplendoroso que estamos vivendo em função da duplicação da BR-101, que abre um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento do sul do estado.

A idéia também é incentivar e motivar a articulação permanente entre as quatro associações de municípios, Amrec, Amesc, Amurel e Amures, para que elas trabalhem essas questões regionais de forma articulada, que tenham um grupo de trabalho e tratem desses assuntos de infra-estrutura, porque é preciso pensar macrorregionalmente em função da necessidade de infra-estrutura e também motivar as administrações municipais para participar do Fórum Sul em 18 de abril, que vai ser feito para a implantação da política nacional e da política estadual de turismo na cidade de Laguna, que irá definir as estâncias de governança do turismo.

Também a idéia era preparar a agenda e a recepção da ministra Marta Suplicy, que vai estar na região no dia 16 de abril, junto com a secretaria do estado, para apresentarmos à região sul as maravilhas que temos. Num raio pequeno de quilômetros temos praias maravilhosas, temos cidades históricas, turismo ecológico, águas termais, temos a serra do rio do Rastro, temos um planalto maravilhoso, grandes cânions e um conjunto de acidentes geográficos que formam uma beleza ímpar, que dificilmente é encontrada em outro lugar do mundo. São lugares que estão muito perto de nós e que têm muitas variedades. Então, é preciso mostrar para as autoridades que turismo é, para nós, uma questão importante. O que nos falta, no sul, é a infra-estrutura, a articulação entre esses municípios e a profissionalização.

O representante do Ministério do Turismo também esclareceu como liberar recursos do Orçamento Geral da União, que foram conseguidos através da senadora Ideli Salvatti, no final do ano de 2007.

E também outro objetivo dessas duas audiências públicas foi acompanhar os encaminhamentos dos compromissos assumidos nas audiências públicas anteriores. Em uma delas o estado assumiu o compromisso de implantação do Plano de Gerenciamento Costeiro. E, conforme conferimos, esse compromisso está atrasado e não foi cumprido. Nas audiências anteriores, o estado assumiu compromissos em relação aos planos diretores nas regiões afetadas, digamos assim, pela duplicação da BR-101, que é um convênio do DNIT com a Codesc. E, conforme vimos, estão atrasados os compromissos assumidos.

Também nas audiências anteriores existiu o compromisso com os aeroportos de Jaguaruna e de Correia Pinto. Fomos conferir e descobrimos que estão também atrasados os compromissos assumidos. Inclusive o deputado Mauro Mariani esteve aqui na audiência pública anterior.

Fomos conferir como estão as obras dos portos de Laguna e de Imbituba e a duplicação da BR-101. O João José também foi lá prestar contas do trabalho, e foi apresentada a idéia do roteiro serra/mar, que será a ligação de Laguna com Lages. Enfim, todo um roteiro está sendo pleiteado - porque o Orçamento da União ainda não está aprovado - através de emendas da bancada catarinense. E esses recursos é que irão fazer a integração do mar com a serra.

Também foram solicitados recursos para a rodovia Aparados da Serra, que ligará a serra catarinense com a serra gaúcha, fazendo um circuito e definindo eixos de desenvolvimento do turismo na região sul. Depois virá um conjunto de obras complementares que vai acontecer.

Desta forma, lutando, mantendo articulações, fiscalizando e cobrando compromissos assumidos, eu entendo que, nesse período rápido, vamos deslançar o desenvolvimento no sul de Santa Catarina e diminuir as diferenças de IDH mais baixo que existe na região. E assim vamos melhorar a qualidade de vida para todos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Agradecemos as suas palavras, deputado Décio Góes.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que as matérias destinadas à Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 5 de março de 2008 serão as seguintes:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0575/2007, 0577/2007, 0017/2008, 0029/2008;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0357/2007.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 007-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Edison Andriano para ausentar-se do País, no período de 11 a 17 de março do corrente ano, a fim de participar da Reunião do Comitê Executivo da COPA (Confederação Parlamentar das Américas), a realizar-se no México.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de março de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 008-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves para ausentar-se do País, no período de 11 a 17 de março do corrente ano, para representar a Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, na XVI Reunião da Confederação Parlamentar das Américas - COPA, a realizar-se na cidade de Cancún, Quintana Roo, México.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de março de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica o resultado de julgamento da licitação abaixo:

TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2007

OBJETO: Elaboração de Projetos Complementares ao Projeto de Arquitetura com cessão de direitos autorais, visando a Ampliação e Reforma do prédio do Palácio Barriga-Verde, denominado Anexo Sul, nos termos do art. 111, da Lei nº. 8.666/93, conforme especificações do Edital próprio.

Proponentes vencedoras:

1ª classificada: PROGETTO ARQUITETURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., valor global de R\$195.980,00 (cento e noventa e cinco mil novecentos e oitenta reais);

2ª classificada: ENGEVIX ENGENHARIA S/A., valor global de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais).

Florianópolis, 05 de março de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 002/2008, destinado à **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROJETORES PARA O PLENÁRIO, SUPORTE DE TETO E CABOS HDM**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo propostas e documentação deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até as 10:00 horas do dia 18 de março de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala n.º 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de março de 2008.

LONARTE SPERLING VELOSO

COORDENADOR

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 003/2008, destinado à **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS, SOFTWARES E OUTROS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo propostas e documentação deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até as 10:00 horas do dia 19 de março de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala n.º 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de março de 2008.

LONARTE SPERLING VELOSO

COORDENADOR

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato Nº 021/2008

REFERENTE: Apostilamento CL n.º 001/2008, celebrado em 06/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Paris Clean Soluções e Higienização Ltda

OBJETO: aumento quantitativo no valor do objeto licitado em face o aumento quantitativo no valor do objeto licitado em face da substituição de 30 (trinta) lixeiras de plástico com quatro divisórias removíveis, redonda, 12,5 litros por divisória, permanecendo as 41 (quarenta e uma) unidades adquiridas no referido Pregão Presencial. Em razão da substituição do objeto por outro com a nova especificação, que redundou num acréscimo de R\$ 1.020,00 (hum mil e vinte reais), o valor da Nota de Empenho/Autorização de Compra nº 02145/2007 passou de R\$ 4.141,00 (quatro mil cento e quarenta e um reais) para R\$ 5.161,00 (cinco mil cento e sessenta e um reais), representando um acréscimo de 24,63% (vinte e quatro vírgula sessenta e três por cento) sobre o valor do item licitado, portanto, dentro da limitação imposta no § 1º, art. 65, da Lei 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Parágrafo 1º, art. 65, da Lei 8.666/93

VALOR GLOBAL: R\$ 5.161,00 (cinco mil cento e sessenta e um reais).

Florianópolis, 06 de março de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 022/2008

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 003/2008, celebrado em 03/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: B&F Atividades Esportivas Ltda.

OBJETO: Contratação da empresa B&F Atividades Esportivas Ltda., para que, através do seu sócio proprietário Bernardo Rocha de Rezende (Bernardinho), seja ministrada a palestra intitulada de "A BUSCA DA EXCELENCIA", com duração aproximada de 1h30min de exposição, acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamentos do público.

VALOR GLOBAL: R\$ 42.621,21 (quarenta e dois mil seiscentos e vinte e um reais e vinte e um centavos)

PRAZO/DATA: 10 de março de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 060/2008.

Florianópolis, 03 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 023/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 010/2008, celebrado em 03/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: B&F Produções Esportivas Ltda.

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação da B&F ATIVIDADES ESPORTIVAS LTDA., para que, dentro do Projeto "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", o Técnico Bernardo Rocha de Resende apresente a palestra "A BUSCA DA EXCELENCIA", aprofundando as discussões em torno do Trabalho em Equipe; Liderança; Motivação; Disciplina; Concentração; Perseverança; Comunicação; Comportamento; Definição de Metas e "Coaching".

VALOR GLOBAL: R\$ 42.621,21 (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um reais e vinte e um centavos).

PRAZO/DATA: 10/03/2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2008 (art. 25, II da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório nº 0133/2008; e Autorização Administrativa parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 03 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Bernardo Rocha de Rezende - Sócio B&F Atividades Esportivas

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 008/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Ofício TC/GAP-1511/2008

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2008

Exmo. Sr.

Deputado Júlio César Garcia

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidades com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução N-TC 06/2001, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do quarto trimestre de 2007, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo o relatório da sua auditoria interna, rol de diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrem necessários.

Fraternalmente, subscrevo,

Conselheiro JOSÉ CARLOS PACHECO
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/03/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 009/08

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Ofício n. 07/08 - CM

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Assunto: Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais

Senhor Presidente,

Honra-me encaminhar-lhe o Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais, relativamente ao segundo semestre de 2007, em atenção ao disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, atualizada pela Lei Complementar n. 365, de 7 de dezembro de 2006, aprovado pelo Conselho da Magistratura deste egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de vinte e oito de fevereiro de 2008.

Limitado ao assunto, asseguro-lhe protestos de estima e consideração.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 05/03/08

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LIDERANÇA DO PP

Ofício GLPP nº 008/08

Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

Presidente da ALESC

Nesta

Florianópolis (SC), 03 de março de 2008.

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, informamos oficialmente a Vossa Excelência, que o Deputado Jandir Bellini, no próximo dia 04, entrará em licença por um período de 60 dias, sendo substituído pelo Suplente Sr. Flávio Regagnin.

Outrossim, informamos que a partir dessa mesma data, o Deputado Flávio Regagnin passará a ocupar a vaga do Deputado Jandir Bellini na Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul.

Na oportunidade, renovo votos de estima e consideração,
Cordialmente,

Deputado Sílvio Dreveck

Líder da bancada do PP

Lido no Expediente

Sessão de 05/03/08

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 047/08

Institui a Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata, que se realizará, anualmente, na primeira semana do mês de agosto.

Art. 2º A campanha terá cunho educativo e contará com palestras e esclarecimentos a toda a comunidade sobre a importância do exame preventivo e os benefícios do diagnóstico precoce da doença.

Parágrafo único. As campanhas e palestras de que trata o caput deste artigo deverão contar com a participação de instituições públicas, ONGs, entidades civis, associações afins, entre outras.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 05/03/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa servir de esclarecimento e incentivo a toda a comunidade em geral, principalmente os homens, portadores deste mal que afeta milhares anualmente.

Segundo artigo do Professor **Miguel Srougi**, titular de Urologia da Escola Paulista de Medicina - Unifesp, São Paulo, e pós-graduado em Urologia pela Universidade de Harvard (EUA), a frequência do câncer da próstata aumentou de forma explosiva nos últimos anos, consternando a ciência médica e os homens em geral. Notícias e reportagens inundaram os meios de comunicação, com duas consequências imediatas: os homens estão mais conscientes dos problemas da próstata, o que é bom, mas informações desencontradas têm gerado aflições indevidas, o que é ruim.

O câncer da próstata apresenta duas características bem peculiares: a sua incidência aumenta com a idade, atingindo quase cinquenta por cento dos indivíduos com oitenta anos; este tumor, provavelmente, não poupará nenhum homem que viver até aos cem anos. Além disto, o câncer da próstata é encontrado em um número elevado de indivíduos, sem lhes causar qualquer mal. Por exemplo, se examinarmos a próstata de homens com idade entre sessenta e setenta anos e que faleceram sem doença prostática aparente, encontraremos focos cancerosos em vinte e quatro por cento deles. Contudo, apenas onze por cento dos indivíduos desta faixa etária apresentam, em vida, problemas com o câncer da próstata. Em outras palavras, treze por cento dos tumores neste grupo tem um caráter indolente, não se manifestam clinicamente e os seus portadores morrem por outros motivos, com o câncer, mas não pelo câncer.

Segundo o Inca (Instituto Nacional do Câncer), câncer da próstata é a **quarta** causa de morte por neoplasias no Brasil, correspondendo a seis por cento do total de óbitos por este grupo. A taxa de mortalidade bruta vem apresentando um ritmo de crescimento acentuado, passando de 3,73/100.000 homens em 1979 para 8,93/100.000 homens em 1999, o que representa uma variação percentual relativa de cento e trinta e nove por cento.

As justificativas que norteiam a detecção precoce do câncer da próstata, assim como de qualquer outra patologia, é que quanto mais inicialmente a doença for diagnosticada, maiores serão as chances de cura, além de permitir um tratamento menos agressivo e mutilante. A detecção precoce do câncer da próstata poderia reduzir os altos custos decorrentes do tratamento do câncer em estágios avançados ou da doença metastática.

Em razão de todos esses argumentos, espero contar com o apoio dos demais Senhores Deputados que integram este Parlamento para a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***